

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – IFCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Maria Alice da Rocha Piazza

***SMELLS LIKE TEAM SPIRIT? A ANÁLISE DA GESTÃO MUNICIPAL PARA O
VOTO RETROSPECTIVO NAS ELEIÇÕES PARA PRESIDENTE***

Porto Alegre

2022

Maria Alice da Rocha Piazza

SMELLS LIKE TEAM SPIRIT? A ANÁLISE DA GESTÃO MUNICIPAL PARA O VOTO RETROSPECTIVO NAS ELEIÇÕES PARA PRESIDENTE

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Sergio Simoni Jr.

Porto Alegre

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

REITOR

Carlos André Bulhões

VICE-REITORA

Patrícia Pranke

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DIRETOR

Hélio Ricardo de Couto Alves

VICE-DIRETOR

Alex Niche Teixeira

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

COORDENADORA

Luciana Leite Lima

COORDENADOR-SUBSTITUTO

Sergio Simoni Júnior

CIP - Catalogação na Publicação

da Rocha Piazza, Maria Alice
Smells like team spirit? A análise da gestão
municipal para o voto retrospectivo nas eleições para
presidente / Maria Alice da Rocha Piazza. -- 2022.
85 f.
Orientador: Sergio Simoni Junior.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Políticas
Públicas, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. eleições nacionais. 2. efeito coattail reverso.
3. gestão municipal. I. Simoni Junior, Sergio, orient.
II. Título.

Maria Alice da Rocha Piazza

SMELLS LIKE TEAM SPIRIT? A ANÁLISE DA GESTÃO MUNICIPAL PARA O
VOTO RETROSPECTIVO NAS ELEIÇÕES PARA PRESIDENTE

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Porto Alegre, _____.

Resultado: Aprovada.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Sergio Simoni Jr.
Orientador
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. André Marengo dos Santos
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr^a. Maria do Socorro Sousa Braga
Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)

Prof. Dr. Ivan Filipe de Almeida Lopes Fernandes
Universidade Federal do ABC (UFABC)

AGRADECIMENTOS

Raul Seixas tem uma música que diz assim: “sonho que se sonha só, é só um sonho que se sonha só, mas sonho que se sonha junto é realidade”. Ninguém conquista nada sozinho e, é graças aos meus professores, familiares e amigos que eu cheguei ao fim de mais uma etapa de estudos.

Isso não seria possível sem minha mãe, Maria Arlete, que me incentivou desde pequena a ler, a ser curiosa e a sempre dar o melhor de mim em qualquer desafio. Acompanhar o seu amor e a sua dedicação à sua profissão moldou quem eu sou hoje. Vejo um pouquinho de você em mim. Espero que esteja orgulhosa.

Agradeço ao meu pai, Cesar, pelo amor, cuidado e apoio em todos os momentos em que precisei. Ao meu irmão, Diego, meu companheiro para qualquer parada e quem me ensinou tudo o que sei sobre poesia e música.

Agradeço às minhas queridas amigas da UFRGS, que me acompanham desde a graduação. À Kálita, por estar sempre do meu lado me apoiando, por sempre ter um tempinho para me ouvir e por me ensinar a ser forte. À Moniqui, por me fazer rir, pelos momentos de descontração e por me ensinar a levar a vida de uma maneira mais leve. À Nazaré, minha parceira no mestrado, obrigada pelas conversas, pelas palavras de incentivo e por compartilhar comigo esses dois anos de correria.

À Juli, pela amizade, pelo incentivo e pela companhia fundamental durante esses dois anos de pandemia.

Agradeço aos professores pela dedicação, pelo apoio e incentivo – em especial aos professores André Marengo, Glauco Peres e Jonathan Phillips –, que me deram ideias e dicas valiosas para que essa dissertação fosse realizada. À professora Maria Izabel Noll, quem me inseriu na pesquisa e me incentivou a entrar no mestrado.

Agradeço, principalmente, ao professor e orientador Sergio Simoni Jr., que fez desta uma experiência leve, divertida e de muito aprendizado. Obrigada pela paciência, pelas conversas, por me incentivar e me inserir em grupo de estudos, disciplinas e eventos. Sou muito grata e muito sortuda por ser orientada por alguém que admiro.

Por fim, à Belinha, Fátima e Pedrot, minha família e fortaleza. Amo vocês.

“Ninguém que reconheça a nossa profunda ignorância com respeito às mútuas relações entre os seres que vivem à nossa volta haverá de se surpreender com o quanto ainda há a explicar sobre a origem de espécies e variedades. Quem poderia dizer por que uma espécie tem maior difusão e é muito mais numerosa do que outra, aparentada a ela, porém rara e com distribuição restrita? São relações da mais alta importância que determinam o atual bem-estar e, em minha opinião, o futuro êxito e a modificação de cada um dos habitantes do globo terrestre. Ainda maior é a nossa ignorância com respeito às mútuas relações entre os inumeráveis habitantes do mundo durante sucessivas épocas geológicas passadas que formam a sua história. Mas, apesar de todas as obscuridades, não me parece haver dúvida, com base no estudo mais intenso e no juízo mais desapassionado de que sou capaz, de que a teoria adotada pela maioria dos naturalistas, e que eu mesmo cheguei a adotar, segundo a qual cada espécie foi criada independentemente, está errada. Tenho plena convicção de que as espécies não são imutáveis, mas, ao contrário, aquelas que pertencem ao que se chama de mesmo gênero são descendentes lineares de outra espécie, via de regra, extinta, e que reconhecidas variedades de uma espécie descendem dessa mesma espécie. Estou convencido ainda de que a seleção natural é o principal, embora não único, meio de modificação”.

(Trecho do livro *A origem das espécies*, de Charles Darwin)

RESUMO

Em que medida os prefeitos transferem votos para seus co-partidários candidatos à presidência? O potencial de transferência é afetado por suas escolhas fiscais e de gestão? Diversos estudos sobre as eleições presidenciais brasileiras encontram o interessante resultado de que candidatos presidenciais do PT, diferentemente do PSDB, têm punição eleitoral nas cidades governadas por seus co-partidários. As características e as explicações para esse fenômeno, no entanto, foram pouco exploradas. O objetivo deste estudo consiste em testar a hipótese de que o desempenho dos prefeitos frente à gestão municipal influencia as eleições nacionais. Com o intuito de responder a essa pergunta são empregadas duas teorias ou conceitos gerais: o primeiro é o efeito *coattail* - particularmente a variante do efeito *coattail* reverso -; e o segundo é o modelo de agência política - uma derivação do modelo do voto retrospectivo. Baseando-se nos trabalhos produzidos por ambas as vertentes, parte-se de dois pressupostos: 1) os eleitores podem adotar um esquema de avaliação conjunta do partido em diferentes níveis - tanto pela relevância das siglas partidárias do PT e PSDB formada ao longo de vinte anos de disputas nacionais, quanto pela identificação de vantagens que o alinhamento entre a esfera federal e municipal proporciona ao seu bem-estar, via transferência de recursos; e 2) os interesses dos prefeitos e candidatos à presidência são correlacionados: ambos sabem que precisam oferecer bem-estar para os eleitores, pois isso aumenta a probabilidade de reeleição e, além disso, também querem que seus correligionários também permaneçam no poder. Para testar as hipóteses, contou-se com informações sobre os resultados das eleições presidenciais e municipais e dados sobre a gestão fiscal dos municípios, em um período de catorze anos (2000 a 2014), e empregou-se o método de regressão linear multivariado com inclusão de termos interativos. Os resultados obtidos sugerem que a gestão municipal é um elemento importante para entender o desempenho eleitoral dos candidatos à presidência em municípios governados por co-partidários. O estudo demonstrou que o desempenho no nível local pode tanto aumentar quanto diminuir a votação presidencial, e que esses efeitos ocorrem não apenas com o PT, um partido amplamente reconhecido pela força da sigla partidária, mas também com o PSDB, indicando que os eleitores podem empreender uma avaliação multinível mesmo em partidos sem uma marca partidária forte.

Palavras-chave: Eleições nacionais. Efeito *Coattail* Reverso. Gestão Municipal.

ABSTRACT

To what extent do mayors transfer votes to their fellow presidential candidates? Is the transfer potential affected by their fiscal and management choices? Several studies on Brazilian presidential elections find the interesting result that PT presidential candidates have electoral punishment in cities governed by their co-partisans, which would not happen with other parties. The characteristics and explanations for this phenomenon, however, have been little explored. The objective of this study is to test the hypothesis that the performance of mayors in relation to municipal management influences national elections. In order to answer this question, two theories or general concepts are used: the first is the *coattail* effect - particularly the variant of the reverse *coattail* effect -; and the second is the political agency model - a derivation of the retrospective voting model. Based on the work produced by both sides, we start from two assumptions: 1) voters can adopt a scheme of joint evaluation of the party at different levels - both because of the relevance of PT and PSDB party acronyms formed over twenty years of national disputes, as well as the identification of advantages that the alignment between the federal and municipal spheres provides for voters' well-being, through the transfer of resources; and 2) the interests of mayors and presidential candidates are correlated: both know that they need to provide well-being to voters, as this increases the probability of reelection and, in addition, they also want their coreligionists to remain in power. To test the hypothesis, we used information from the results of presidential and municipal elections and data from the fiscal management of municipalities, over a period of fourteen years (2000 to 2014), and we used the multivariate linear regression method with the inclusion of interactive terms. The results obtained suggest that municipal management is an important element to understand the electoral performance of presidential candidates in municipalities governed by co-partisans. The study shows that performance at the local level can either increase or decrease the presidential vote, and that these effects occur not only with the PT, a party widely recognized for the strength of its party acronym, but also with the PSDB, indicating that voters can undertake a multi-level assessment even in parties without a strong party brand.

Keywords: National elections. Reverse *Coattail* Effect. Municipal Management.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de prefeitos por partido entre os anos de 1992 – 2012.....	15
Gráfico 2 - Efeito direto do partido do prefeito no município nas eleições presidenciais	37
Gráfico 3 – Proposta de análise dos efeitos municipais na votação para presidente	38
Gráfico 4 – Efeito Marginal das variáveis fiscais nos municípios governados pelo PT no % de votos do candidato à presidência do partido (2002)	55
Gráfico 5 – Efeito Marginal das variáveis fiscais nos municípios governados pelo PT no % de votos do candidato à presidência do partido (2006)	56
Gráfico 6 – Efeito Marginal das variáveis fiscais nos municípios governados pelo PT no % de votos do candidato à presidência do partido (2010)	57
Gráfico 7 – Efeito Marginal das variáveis fiscais nos municípios governados pelo PT no % de votos do candidato à presidência do partido (2014)	58
Gráfico 8 – Efeito Marginal das variáveis fiscais nos municípios governados pelo PSDB no % de votos do candidato à presidência do partido (2002)	62
Gráfico 9 – Efeito Marginal das variáveis fiscais nos municípios governados pelo PSDB no % de votos do candidato à presidência do partido (2006)	63
Gráfico 10 – Efeito Marginal das variáveis fiscais nos municípios governados pelo PSDB no % de votos do candidato à presidência do partido (2010).....	64
Gráfico 11 – Efeito Marginal das variáveis fiscais nos municípios governados pelo PSDB no % de votos do candidato à presidência do partido (2014).....	65
Gráfico 12 – Efeito Marginal no % de votos do candidato à presidência do PSDB (2006), quando alteradas as posições da variável moderadora e de tratamento.....	83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Prefeitos eleitos por partido nas eleições de 1992 a 2012.....	14
Tabela 2 – Descrição das variáveis utilizadas.....	40
Tabela 3 - Estatísticas descritivas das variáveis.....	46
Tabela 4 – Modelos OLS do efeito <i>coattail</i> para o PT – 2002 a 2014.....	48
Tabela 5 – Modelos OLS do efeito <i>coattail</i> para o PSDB – 2002 a 2014.....	49
Tabela 6 – Modelos interativos entre prefeituras do PT e variáveis fiscais – 2002 a 2014.....	51
Tabela 7 – Modelos interativos entre prefeituras do PSDB e variáveis fiscais – 2002 a 2014.....	59
Tabela 8 – Modelos OLS completo do efeito <i>coattail</i> para o PT – 2002 a 2014.....	79
Tabela 9 – Modelos OLS completo do efeito <i>coattail</i> para o PSDB – 2002 a 2014 ..	79
Tabela 10 – Modelos interativos completos entre prefeituras do PT e variáveis fiscais – 2002 a 2014 ..	80
Tabela 11 – Modelos interativos completos entre prefeituras do PSDB e variáveis fiscais – 2002 a 2014 ..	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- PT – Partido dos Trabalhadores
- PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
- PP – Partido Progressista
- PDT - Partido Democrático Trabalhista
- PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
- PFL – Partido da Frente Liberal
- PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
- PSB – Partido Socialista Brasileiro
- DEM – Democratas
- PR – Partido da República
- PV – Partido Verde
- FPM – Fundo de Participação dos Municípios
- PBF – Programa Bolsa Família
- PBE – Programa Bolsa Escola
- BEPS - Brazilian Election Panel Study

APOIO DE FINANCIAMENTO CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

SUMÁRIO

1 PROBLEMA DE PESQUISA	12
2 ARTICULAÇÃO INTRAPARTIDÁRIA, ELEIÇÕES E VOTO RETROSPECTIVO: IMPLICAÇÕES NO EFEITO <i>COATTAIL</i>	19
3 HIPÓTESES	38
4 MÉTODO	39
4.1 MÉTODO DE REGRESSÃO LINEAR MULTIVARIADA E TESTES DE ESPECIFICAÇÃO.....	39
4.2 AJUSTE DOS DADOS E ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS.....	44
5 RESULTADOS	48
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
REFERÊNCIAS	69
ANEXOS.....	79

1 PROBLEMA DE PESQUISA

Nos últimos anos se avolumaram estudos sobre os determinantes locais das eleições presidenciais. O foco da grande maioria dos trabalhos são os efeitos do Programa Bolsa Família. No entanto, dentre as variáveis de controle, um resultado inesperado aparece invariavelmente: o PT é punido em municípios governados por prefeitos do mesmo partido (NICOLAU; PEIXOTO, 2007; ZUCCO, 2008; BARONE, 2014; SIMONI JR., 2017; FEIERHERD, 2020). O que explica essa punição enfrentada pelos candidatos do partido nessas localidades? Poucos exploram os motivos que podem ser considerados para entender o fenômeno. Em análise sobre as eleições de 2006, Zucco (2008) atribui o resultado negativo à mudança das bases eleitorais do partido, considerando que parte dos eleitores que votou no PT em 2002 não seguiu apoiando o partido em 2006. Essa tese, no entanto, não explica esse mesmo comportamento durante outros pleitos anteriores e posteriores, como encontrado por Barone (2014) em análise a respeito das eleições presidenciais que ocorreram entre os anos de 1998 e 2010. O trabalho de Feierherd (2020) é um dos, se não a única exceção, que propõe um avanço no tema sugerindo que o desempenho de um partido em nível local influencia as avaliações dos eleitores sobre os candidatos nacionais, mas apenas quando prefeito e presidente pertencem a um partido com uma marca forte, como seria o caso do PT no estudo do autor. Ainda que inovador, o trabalho contém algumas lacunas, como será apresentado adiante.

Neste projeto, o principal objetivo é generalizar e explorar a fundo o desempenho dos prefeitos frente à gestão municipal como um dos meios para influenciar nas eleições nacionais. Para suscitar o debate, propõe-se a seguinte questão: em que medida os prefeitos transferem votos para seus co-partidários candidatos à presidência? O potencial de transferência é afetado por suas escolhas fiscais e de gestão?

Durante vinte anos o PT e o PSDB disputaram votos na arena eleitoral nacional. Desde 1989, o PT apresentou candidatos nas eleições presidenciais e configurou-se como um partido competitivo, vencendo quatro das sete corridas ao cargo. Formado na década de 80, a partir da convergência de grupos oriundos dos setores organizados da sociedade civil, o PT procurou, desde a sua fundação, promover a participação de movimentos sociais e de cidadãos na política, bem como estabelecer vínculos partidários com uma parcela da população (ROMA, 2006; BEZERRA, 2014;

AMARAL; POWER, 2015). De origem distinta, o PSDB surge da cisão de uma parte de afiliados ao PMDB, composto por lideranças políticas experientes e influentes no cenário nacional. Instituído com uma estrutura decisória interna descentralizada, o partido preocupou-se com o jogo eleitoral (ROMA, 2002, 2006; CURI, 2021), venceu o pleito em 1994 e inaugurou um período de polarização das eleições presidenciais (MELO; CÂMARA, 2012). Com a polarização entre PT e o PSDB – somada a existência de uma “terceira força” variável (LIMONGI; GUARNIERI, 2014) -, passamos a assisti-los disputarem os votos de eleitores dos mais variados estratos sociais, como também o apoio político de diferentes correntes ideológicas.

A coordenação pré-eleitoral entre os partidos que costumam alianças nas eleições presidenciais teria repercutido nas eleições estaduais, defendem Limongi e Cortez (2010). Partindo do pressuposto de que as eleições para presidente e governador são interdependentes, os autores argumentam que, no intuito de obter apoio em uma disputa principal – presidencial -, os partidos alinham a sua participação nos pleitos locais, muitas vezes retirando a sua candidatura. Os autores notam a formação de um bloco composto pelo PT e PSB e outro pelo PSDB e o DEM, e o PMDB constituindo-se como a terceira força, durante os pleitos de 1994 a 2010¹. Borges e Lloyd (2016) não consideram que seja possível afirmar que há, de fato, uma integração entre os níveis, mas estão de acordo que a polarização contribui para estruturar a competição partidária do país.

Diferente das eleições nacionais e estaduais, as eleições municipais são formadas por um conjunto mais amplo de partidos. Avelar e Walter (2008), Kerbauy (2009) e Santos (2013) demonstraram que até nove partidos concentram maior proporção de representantes nos municípios. Na tabela 1, apresenta-se os dados de Fleischer (2002), acrescidos de informações sobre pleitos mais recentes. Entre os anos de 1992 a 2012, mais de 70% dos prefeitos pertenciam a algum desses nove partidos. Em 1996, o PSDB praticamente triplicou o número de vitórias nas eleições municipais, quando comparado a 1992. Embora esse comportamento tenha oscilado ao longo dos pleitos, o partido se manteve entre os que governam um maior número de prefeituras. O PT, durante todo o período, só ampliou o número de prefeituras conquistadas, mesmo antes de vencer as eleições para presidente em 2002. Essa

¹ Limongi e Cortez (2010) afirmam que a regra de verticalização vigente durante as eleições de 2002 e 2006, ao invés de promover a articulação dos partidos entre o nível nacional e regional, provocou efeito inverso.

expansão do partido ocorreu, segundo Santos (2013), em municípios dos variados portes populacionais ao longo de três eleições (2000 a 2008). Em 2012, o PT se aproxima do PSDB em número de prefeituras e, junto com o PMDB, os três partidos detêm o controle de 42% dos municípios do país.

Tabela 1 – Prefeitos eleitos por partido nas eleições de 1992 a 2012

Partido	1992	1996	2000	2004	2008	2012
	N (%)					
PMDB	1605 (33,7)	1288 (24,1)	1257 (17,8)	1060 (19,05)	1200 (21,6)	1022 (18,4)
PSDB	317 (6,7)	910 (17,0)	990 (17,8)	870 (15,64)	790 (14,2)	695 (12,5)
PT	54 (1,1)	111 (2,1)	187 (3,4)	410 (7,37)	561 (10,1)	637 (11,4)
PP	363 (7,6)	624 (11,7)	618 (11,1)	551 (9,90)	554 (10,0)	476 (8,5)
PSB	48 (1,0)	150 (2,8)	133 (2,4)	175 (3,14)	313 (5,6)	440 (7,9)
PDT	377 (7,9)	435 (8,1)	288 (5,2)	307 (5,51)	351 (6,3)	307 (5,5)
PTB	303 (6,4)	382 (7,1)	398 (7,2)	421 (7,56)	413 (7,4)	298 (5,4)
PFL/DEM	964 (20,2)	928 (17,3)	1028 (18,5)	789 (14,18)	493 (8,9)	278 (5,0)
PL/PR	165 (3,5)	221 (4,1)	234 (4,2)	382 (6,86)	384 (6,9)	274 (4,9)
Outros	566 (11,9)	302 (5,6)	426 (7,7)	597 (10,73)	504 (9,1)	1141 (20,5)
Total	4762 (100)	5351 (100)	5559 (100)	5562 (100)	5563 (100)	5568 (100)

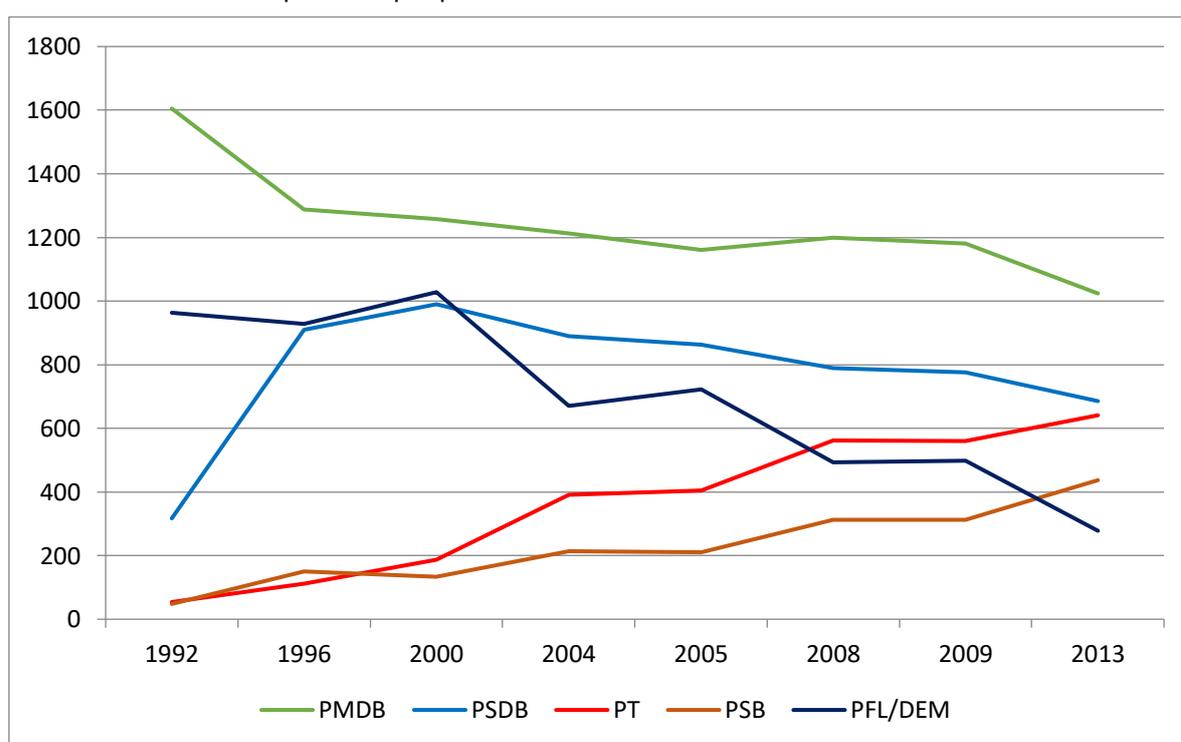
Fonte: Elaboração própria, com base em TSE, MUNIC/IBGE, FLEISCHER (2002).

Durante todo o período, o PMDB foi o partido a conquistar o maior número de prefeituras. Sua presença esteve dispersa em grande parte do território e, com isso, passa a ser sigla de interesse dos partidos para formar aliança nas eleições presidenciais. O partido faz isso ora pendendo para o lado do PSDB (como em 2002), ora para o PT (como 2010 e 2014).

Se o PSB teve trajetória ascendente nas vitórias para os pleitos municipais, o mesmo não pode ser dito sobre o DEM. De certa maneira, os seus comportamentos coincidem com o de seus parceiros, conforme Gráfico 1. O declínio do DEM começa antes do PSDB, mas ambos tendem a perder espaço a partir das eleições de 2004. Enquanto o PT e o PSB apresentam, desde o início, um aumento no número de prefeituras e

crecem ainda mais depois de chegar à presidência. Outros partidos, como o PP, PTB e PDT, demonstram estabilidade ao longo dos pleitos. Esses aspectos indicam a consolidação do PT, PSDB, PMDB em todo o território (KERBAUY, 2009), de modo que alguns autores defendem que estaria em processo a “nacionalização das estruturas políticas locais, com a perda de relevância de fatores derivados de poder ou influência locais, e incremento de variáveis associadas a políticas federais [...]” (SANTOS, 2013, p.13).

Gráfico 1 – Número de prefeitos por partido entre os anos de 1992 – 2012



Fonte: Elaboração própria, com base em TSE, MUNIC/IBGE; FLEISCHER (2002).

Nesse contexto em que as figuras políticas locais/regionais perderam influência, ao mesmo tempo em que o PT atinge grande alcance nos municípios e implementa políticas de grande relevância, como o Programa Bolsa Família, poderíamos presumir que o partido contasse com vantagens nas eleições presidenciais derivadas desse alinhamento partidário entre as esferas municipal e federal (BORGES, 2013), principalmente em prefeituras administradas pelo próprio partido. Assim, o que explica a relação negativa entre o desempenho eleitoral dos candidatos à presidência do PT nos municípios administrados pelo próprio partido? Reforça-se a pergunta que move esta pesquisa: em que medida as escolhas fiscais e

de gestão dos prefeitos afeta o potencial de transferência de votos para candidatos co-partidários à presidência?

O arranjo federativo conferiu autonomia aos municípios, cabendo a eles, conforme determina a Constituição de 1988, instituir e promover a arrecadação dos tributos de sua competência, como Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU); proteger o patrimônio histórico e cultural; prestar serviços de atendimento à saúde da população; manter programas de educação infantil e ensino municipal e entre outros. A avaliação do desempenho dos prefeitos é um dos meios que pode ajudar os eleitores a decidir o voto no momento da eleição. Os prefeitos podem ser punidos ou recompensados pelo modo como administram os municípios. Sabendo que são avaliados, eles podem despende ou não esforços para se manter no cargo.

Trabalhos como o de Meneguinet *et al.* (2005), Cavalcante (2015, 2016), Fernandes e Fernandes (2017) mostram a importância eleitoral do desempenho dos prefeitos em temas orientados para a gestão fiscal, ou seja, gastos com políticas sociais, investimento em infraestrutura e capacidade de arrecadação. Nesta dissertação, empregam-se meios similares aos desses autores para avaliar a gestão fiscal dos prefeitos e verificar sua influência nas eleições para a presidência. O banco de dados elaborado abrange um período de catorze anos (2000 – 2014), contando com informações sobre as eleições presidenciais (2002-2014), as eleições municipais (2000-2012) e dados sobre o desempenho dos incumbentes municipais (2001-2014).

O desafio que se apresenta nesta pesquisa é fazer a relação entre o desempenho dos prefeitos frente à gestão municipal e como isso pode impactar a votação dos candidatos à presidência. Esta questão remete a duas teorias ou conceitos gerais. O primeiro é o efeito *coattail*, particularmente a variante do efeito *coattail* reverso. O segundo é o modelo de agência política — uma derivação do modelo do voto retrospectivo —. Baseando-se nos trabalhos produzidos por ambas as vertentes, parte-se de dois pressupostos: 1) os eleitores podem adotar um esquema de avaliação conjunta do partido em diferentes níveis. Isso tanto porque a relevância das siglas partidárias do PT e PSDB, ao longo de vinte anos de disputas, cria condições para que os eleitores sejam capazes de vincular os políticos em diferentes âmbitos, quanto por identificação das vantagens que o alinhamento partidário entre a esfera federal e municipal proporciona ao seu bem-estar, dado que municípios governados por co-partidários podem ser beneficiados com uma maior proporção de recursos; e 2) os interesses dos prefeitos e candidatos à presidência

são correlacionados: ambos sabem que precisam oferecer bem-estar para os eleitores, pois isso aumenta a probabilidade de reeleição e, além disso, os dois também querem que seus correligionários também permaneçam no poder. O presidente porque entende a importância de ter prefeitos aliados, já que estes podem angariar votos nos municípios durante as campanhas em eleições nacionais. E os prefeitos porque sabem as vantagens que o alinhamento com o presidente confere a eles.

A escolha do tema se deve ao interesse pela dinâmica eleitoral municipal e a sua influência nas disputas nacionais. O resultado das eleições locais auxilia os partidos a se organizarem, a traçarem estratégias e, ainda, pode funcionar como uma espécie de “laboratório” para os pleitos seguintes². Portanto, esta pesquisa oferece uma proposta inovadora, que tem como objetivo examinar o desempenho dos prefeitos frente à gestão municipal como um dos meios para influenciar as eleições nacionais, permitindo avançar o conhecimento sobre os mecanismos do efeito *coattail* reverso.

O trabalho está dividido em seis partes, a contar com esta contextualização sobre a estrutura de competição partidária no Brasil em diferentes níveis de disputa e a apresentação do problema de pesquisa. No tópico seguinte, apresenta-se os fatores institucionais que precisam ser superados pelos partidos para haver articulação partidária; como as transferências de recursos podem ser uma maneira de alinhar os interesses políticos; além de estudos que abordam a influência dos prefeitos nas eleições nacionais e, ainda, apresenta-se pesquisas que aliam a perspectiva do efeito *coattail* com o voto retrospectivo. Na terceira parte são desenvolvidas as hipóteses a serem testadas. Na quarta parte, discorre-se acerca do método de regressão multivariada com a inclusão de termos interativos em nossas análises, dos ajustes que precisaram ser feitos nas variáveis e inclui-se as estatísticas descritivas das variáveis utilizadas nos modelos. Na quinta parte, examinam-se os resultados dos testes para cada partido ao longo de cada eleição. E, por fim, apresenta-se as conclusões a respeito dos resultados obtidos, apontando algumas limitações da

² Diversas matérias de jornais discutem sobre a influência das eleições municipais nas eleições nacionais, tais como: o jornal Zero Hora. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2020/12/como-as-eleicoes-municipais-projetam-a-disputa-presidencial-de-2022-ckiasjm8e0090017wphughb54.html>. Acesso em: 18 mar. 2021; e Gazeta do Povo. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2020/eleicoes-sao-paulo-laboratorio-presidenciaveis/>. Acesso em: 18 mar. 2021.

pesquisa, bem como propostas alternativas de análises na agenda futura de pesquisas.

2 ARTICULAÇÃO INTRAPARTIDÁRIA, ELEIÇÕES E VOTO RETROSPECTIVO: IMPLICAÇÕES NO EFEITO *COATTAIL*

A organização político-administrativa instituída a partir do projeto nacional de descentralização política no Brasil, que tornou os municípios entes da federação, ampliou a arena de disputa dos partidos, instigando-os a se organizar e a elaborar estratégias para competir em diferentes níveis, concorrendo a cargos em eleições com diferentes regras e a formar alianças com outras legendas para aumentar as chances de conquista do poder (DOSEK; FREIDENBERG, 2013). Para haver articulação entre essas diferentes camadas, é necessário que os partidos superem três conjuntos de fatores institucionais, como o arranjo do sistema federativo, os tipos de sistemas eleitorais vigentes e a própria organização partidária (CARNEIRO; ALMEIDA, 2008).

A descentralização, como uma parte do problema de articulação partidária, está relacionada com a autonomia nos âmbitos político, legislativo e administrativo dado aos novos entes municipais, delegando, também, a responsabilidade de execução das políticas públicas. Essa nova organização concedeu maior visibilidade ao posto de líder municipal, pois obteve maior poder sobre os recursos e, também, controle da máquina pública. Dessa forma, as escolhas dos eleitores, as estratégias dos candidatos e os ideais partidários podem ser pautados em espaços circunscritos (CARNEIRO; ALMEIDA, 2008; AVELINO *et al.*, 2013).

Da mesma maneira, as diferentes regras que regem o sistema eleitoral brasileiro também podem influenciar no comportamento político e, como consequência, provocar a ausência de unidade partidária. Os sistemas vigentes no país são o majoritário e o proporcional de lista aberta. O majoritário de um turno ou dois — dependendo da magnitude do município —, é utilizado para selecionar prefeitos, senadores, governadores e presidente da República. O proporcional de lista aberta, adotado para a escolha de vereadores, deputados estaduais e federais, é reconhecido na literatura como um sistema propício para a baixa disciplina partidária, para campanhas individualistas, centradas nos candidatos, e para a competição inter e intrapartidária (MAINWARING, 1997; AMES, 1994, 2003). No calendário brasileiro, as disputas locais e nacionais não acontecem no mesmo período, antes um intervalo de dois anos as separa, o que pode comprometer a coordenação de muitos partidos devido à autonomia dos diretórios em âmbito municipal (CARNEIRO; ALMEIDA, 2008; AVELINO *et al.*, 2013; DOSEK; FREIDENBERG, 2013). Já no caso das eleições

nacionais e estaduais, que ocorrem simultaneamente, espera-se que as decisões sobre as candidaturas tenham estratégias coordenadas (LIMONGI; CORTEZ, 2010).

A estrutura partidária, assim como a federação, também é subdividida em três níveis, dispondo de diretórios municipais, estaduais e nacionais. A articulação entre esses níveis depende do grau de centralização partidária, ou seja, se as organizações locais têm, ou não, maior autonomia decisória (GUARNIERI, 2011; AVELINO *et al.*, 2013). Uma maior autonomia significa um maior grau de negociação entre as três esferas e, por sua vez, menor grau de subordinação da direção municipal à nacional, reduzindo a integração vertical das organizações partidárias (FREIDENBERG; DOSEK, 2013). Outra causa adicional para dificuldade de coordenação dos partidos, apontada por Freidenberg e Dosek (2013), está relacionada aos fatores socioculturais dos países da América Latina. O Brasil é um país com dimensões continentais, composto por uma grande diversidade social, que forma uma população heterogênea. Essas diferenças, sejam elas locais sejam regionais, admitem, muitas vezes, a presença de lideranças locais fortes e politicamente independentes.

Por outro lado, mesmo com essas circunstâncias mencionadas acima, há meios pelos quais podem ser contornados os problemas de coordenação entre a esfera municipal e as demais, funcionando como “sistemas de incentivo para o comportamento de partidos, políticos e eleitores” (CARNEIRO; ALMEIDA, 2008, p. 406) que atuam em direção oposta à fragmentação esperada. Tendo em vista o relevante papel dos prefeitos, é possível que membros do mesmo partido recorram aos líderes municipais em busca de apoio durante campanhas eleitorais, mesmo para pleitos não simultâneos. Para conquistar esse apoio, os deputados podem fazer uso da destinação de recursos federais com o objetivo de fortalecer vínculo com os prefeitos (BARONE, 2014). O emprego do *pork*³, que na literatura costuma estar associado à conexão com o eleitorado (MAYHEW, 1974; AMES, 2003), tem sido revisto em trabalhos mais recentes no Brasil, demonstrando que a destinação de emendas advém da conexão partidária entre os deputados e os líderes municipais (BARONE, 2014; BAIÃO e COUTO, 2017).

A transferência de recursos públicos como forma de alinhar os interesses partidários não é instrumento exclusivo dos parlamentares. Os presidentes também

³ Conhecido também como *pork barrel*, são recursos discricionários e geograficamente concentrados destinados aos distritos que mais contribuíram para a vitória dos parlamentares nas eleições anteriores e utilizados também como um instrumento para aumentar as chances de reeleição (AMES, 2003).

fazem uso desse dispositivo, visando a, de acordo com Brollo e Nannicini (2012), agradar seus eleitores e, inclusive, aumentar as chances de vitória de candidatos aliados nos pleitos municipais que, se eleitos, podem atuar como cabos eleitorais em eleições presidenciais subsequentes. Essa coordenação que ocorre entre o governo central e o local demonstra haver esforços coletivos das lideranças para garantir a vantagem do partido em determinados territórios.

Considerando esses aspectos, se há capacidade para articulação entre as lideranças partidárias municipais com os demais níveis da federação, como isso se reflete nas eleições? No Brasil, as consequências dessa organização apontam para o que a literatura chama de efeito *coattail* e *coattail* reverse. O primeiro é entendido como a habilidade de um político ocupante de um cargo mais importante, como um presidente, tem de atrair votos para candidatos do mesmo partido que concorrem para outras funções. E o segundo é definido pelo potencial que governantes locais, como os prefeitos, têm de induzir o voto dos eleitores de seus distritos para sustentar a candidatura de correligionários a cargos em instâncias superiores.

O termo efeito *coattail* foi concebido a partir de estudos sobre as eleições do Executivo e Congresso norte-americano, cuja premissa considera que os eleitores podem decidir em que candidato votar nas eleições para o Legislativo tendo como base a escolha do candidato à presidência. Para Miller (1955), o partido é o elemento que vincula ambos os postulantes, mas o efeito é, principalmente, produto da simpatia do eleitor com o candidato à presidência. Logo, pode ser caracterizado como um meio simples adotado pelos eleitores para decidir seu voto (MONDAK; MCCURLEY, 1994). Desse modo, haveria uma influência da força do candidato à presidência na seleção do congressista, em que votos do primeiro seriam transferidos para os co-partidários.

Samuels (2000a, 2000b) aborda esse tema em suas pesquisas voltadas para o Brasil e lista os incentivos que os candidatos ao Legislativo têm para vincular suas campanhas a de níveis mais altos de governo, quais sejam: (1) os atalhos de informações, que dizem respeito à possibilidade de vinculação do candidato à sua sigla partidária e também à imagem do postulante ao Executivo; (2) os recursos e o apoio organizacional, que têm concentrado nas mãos dos candidatos ao governo boa parte dos meios disponíveis para a promoção da campanha; e, por fim, (3) a exposição na mídia, que proporciona a eles publicidade significativa durante a campanha eleitoral.

No entanto, Samuels (2000a) sugere que no Brasil haveria um deslocamento do efeito *coattail*: ao invés de ele ocorrer nas eleições para presidente e deputado, o *coattail* acontece nos pleitos para governador e deputado. Os indícios apresentados pelo autor — de que os efeitos *coattail* do governador são mais fortes do que os do presidente para as eleições dos deputados — são estimados em modelos metodologicamente equivocados, conforme Brambor *et al.* (2006, p. 79) apontam⁴. Por sua vez, isso não significa dizer que os efeitos de *coattail* para governador não aconteçam em outra esfera do Legislativo. Foi constatado por Borges (2019) a presença do efeito em direção às eleições da Câmara Alta. Tendo em vista que as coalizões formadas nas disputas para governo estadual e Senado são correspondentes, o desempenho eleitoral dos senadores co-partidários dos candidatos à presidência é influenciado pelas disputas para governador.

Neste e em outros estudos mais recentes, há também uma investigação sobre *coattails* presidenciais. Partidos que apostam como estratégia principal a participação nas eleições presidenciais dependem mais dessas disputas para impulsionar os candidatos à Câmara de Deputados, especialmente quando os candidatos presidenciais são competitivos (BORGES, 2013; BORGES *et al.*, 2017). Além disso, Borges e Lloyd (2016) também sugerem haver efeito *coattail* presidencial nas eleições estaduais. Quando se analisa o *coattail* em contextos de coligações e coalizões, ou seja, em disputas em que os partidos se aliam em busca da vitória e controle de cargos públicos, ele pode apresentar efeitos difusos (BORGES; TURGEON, 2017), servindo para beneficiar não só os candidatos a deputado federal co-partidários do presidente, mas também membros dos partidos da coalizão ideologicamente mais próximos⁵.

Ao analisar as eleições para a presidência em 1989, Ames (1994) propõe uma adaptação do conceito, sugerindo existir no Brasil a ocorrência do efeito *coattail* reverso. O autor considera que o desempenho eleitoral dos candidatos ao Executivo federal nos municípios pode ser explicado pelo partido que está à frente da administração local, principalmente se ambos pertencem à mesma sigla. A relação

⁴ Os resultados encontrados por Samuels (2000) não se sustentam à medida que são incluídos os termos constitutivos no modelo de interação.

⁵ A análise do efeito *coattail* realizado por Borges e Turgeon (2017) não se restringe somente ao Brasil, mas também ao Chile. Nos dois países são observados efeitos difusos, em que não só membros do partido do presidente são beneficiados, como também os membros da coalizão próxima ao partido do presidente. Para avaliar o *coattail* nas coalizões, os autores desenvolvem o conceito de partidos que são membros *core* ou *peripheral*. Membros *core* são aqueles ideologicamente mais próximos do partido formador da coalizão, aquele com o candidato à presidência. Quanto mais próximo, maior é a coordenação e, conseqüentemente, mais os candidatos podem se beneficiar com os *coattails*.

entre prefeito e postulante à presidência é o meio pelo qual esse efeito ocorre e baseia-se em duas premissas: a dependência financeira e o controle da máquina pública. Ao buscar apoio dos prefeitos, os candidatos à presidência sabem que convém aos municípios nutrir boa relação com o futuro presidente, em virtude da dependência financeira desses entes com os repasses da União. Além disso, eles também sabem do poder que a máquina pública local tem de influenciar o voto dos eleitores.

De acordo com Novaes (2017), as lideranças locais foram essenciais em todas as fases da República brasileira para intermediar as relações entre o nível nacional e subnacional. Leal (2012) documenta o sistema de reciprocidade existente na Primeira República que, por sua vez, consistia em uma aliança entre os coronéis/chefes locais com lideranças estaduais ou nacionais. Capazes de induzir, ou mesmo impor, os eleitores ao voto em determinado candidato, os coronéis formavam acordos com a situação política dominante do Estado a fim de garantir/barganhar meios disponíveis, como cargos, força policial e recursos (LEAL, 2012). À medida que a sociedade rural entra em decadência e, conseqüentemente, há uma expansão do número de habitantes no meio urbano, o sistema clientelista segue e “constitui, ao mesmo tempo, uma alternativa à presença difusa das estruturas do Estado e uma gramática para as relações sociais de não-mercado entre classes e grupos sociais” (NUNES, 1997, p. 49). Nunes (1997) também define que essas relações clientelistas formam redes de relações de trocas, que estão sempre disputando o controle do fluxo de recursos no território de atuação, formando uma complexa teia política que compreende todos os níveis da federação (NUNES, 1997)⁶.

A disputa municipal continuou importante mesmo na ditadura militar, que manteve essas disputas, exceto em capitais, cidades de fronteiras e estâncias hidrominerais, mas, principalmente, após a redemocratização, que conferiu aos prefeitos uma série de responsabilidades, o nível local tornou essencial no sistema multinível, sobretudo para os partidos. As lideranças locais, em especial os prefeitos, conhecem os problemas dos municípios; são os representantes partidários mais

⁶ Os dois conceitos - coronelismo e clientelismo - costumam ser erroneamente confundidos e, por isso, convém destacar que, embora o coronelismo envolva relações de troca de natureza clientelista, ambos não devem ser igualados, pois o clientelismo resiste à 1ª República, preservando-se e aperfeiçoando-se mesmo em períodos mais recentes da história do país (CARVALHO, 1997; NUNES, 1997). Além disso, nos dois sistemas vigora o sentido de reciprocidade. No coronelismo, há o apoio entre políticos de diferentes níveis e no clientelismo, entre político e eleitor.

próximos do eleitor; por estarem mais próximos têm mais informação sobre as preferências dos cidadãos; contam com uma rede de apoiadores locais; e têm acesso e controle dos recursos públicos, que podem auxiliar a melhorar a sua própria reputação e a do partido. Essas características os fazem capazes de consolidar o poder político regional e intermediar as campanhas eleitorais de disputas nacionais (AMES, 1994; TAVITS, 2009; NOVAES, 2017; ALVES, 2018; VENTURA, 2020).

A proposta de Ames (1994), de acordo com Speck e Braga (2020), diverge em dois pontos que são essenciais ao que é postulado para as eleições norte-americanas: primeiro, as eleições para prefeito e presidente no Brasil não são simultâneas, são disputas separadas por um período de dois anos, portanto, o efeito é avaliado quando um dos atores já está eleito e no controle da prefeitura; e segundo, a inversão em relação à capacidade de mobilização de votos, que ocorre do agente subnacional para o nacional. Para os autores, haveria um alargamento do conceito original, uma vez que não trata da influência de uma eleição em outra, mas do acesso e controle aos recursos que os partidos têm quando ocupam Executivo municipal.

Recentemente, o debate sobre o efeito *coattail* reverso foi retomado a partir da análise de duas relações: a destinação de transferências discricionárias de governos e deputados para municípios, e o retorno eleitoral a esses cargos condicionado aos partidos nas prefeituras.

Brollo e Nannicini (2012) avaliam que nos dois primeiros anos de mandato do presidente que — por sua vez, são os dois últimos anos de mandato de um prefeito — os vínculos existentes entre as esferas federal e municipal implicam em uma maior quantidade de transferências discricionárias para este último. Para os autores, o governo central, ao transferir recursos, teria como objetivo agradar de maneira direta os eleitores e também “aumentar a probabilidade de vitória de candidatos alinhados que, uma vez eleitos, podem ser aliados importantes, seja para *rent seeking* ou *vote seeking* em futuras eleições presidenciais” (BROLLO; NANNICINI, 2012, p. 742, tradução nossa). Por outro lado, municípios governados por prefeitos da coalizão oposta são penalizados, especialmente se eles venceram por uma margem estreita de votos na eleição anterior.

Barone (2014, p. 123) demonstra que a distribuição de emendas pelos deputados segue o mesmo princípio das transferências do governo federal: municípios que são comandados por prefeitos de mesmo partido dos deputados têm mais privilégios no recebimento de recursos. Essa combinação entre transferências

de recursos feitas pelas elites nacionais e a presença de lideranças municipais de mesmo partido poderia ser uma evidência para confirmar os efeitos do *coattail* reverso, neste caso, para as eleições da Câmara de Deputados, segundo Ventura (2020). A distribuição de emendas orçamentárias em municípios controlados por correligionários de deputados federais, candidatos à reeleição, mostrou-se um dispositivo eficaz para melhorar o desempenho eleitoral do parlamentar e estabelecer conexão partidária ou eleitoral a partir da reclamação de crédito por esses benefícios alocados (BAIÃO; COUTO, 2017; BAIÃO *et al.*, 2019). Ademais, a conquista do Executivo local daria ao partido e seus membros acesso à reputação, a bens clientelistas e a maior capacidade de coordenação (VENTURA, 2020).

No entanto, antes que consideremos o comportamento por parte do governo nacional de levar proporcionalmente mais recursos para municípios controlados por políticos de mesmo partido como expressão da peculiaridade institucional brasileira, ou de seu atraso socioeconômico e político, Tavits (2009) mostra que, mesmo em nações com sistema parlamentar e eleições centradas nos partidos, como na Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia — países que são objeto de estudo da autora —, não necessariamente se deve excluir a possibilidade que eles têm de direcionar recursos para outras esferas com o objetivo de se beneficiar eleitoralmente. Do ponto de vista político, a autora argumenta que essa prática é importante para estabelecer relações com as lideranças locais, uma vez que elas possuem habilidade para influenciar o voto da população e para fazer propaganda ao governo responsável por realizar investimentos na região que dominam. Ao eleitorado, seria necessário somente que eles fossem capazes de identificar o investimento recebido, reconhecendo o partido/candidato que o fez. As evidências apresentadas pela autora sugerem que há nos sistemas parlamentaristas a alocação estratégica de recursos, com possíveis retornos eleitorais, especialmente na Suécia, onde os eleitores estão mais dispostos a favorecer o partido do governo.

Se a literatura mostra evidências robustas de favorecimento partidário na distribuição de transferências, os indícios de retorno eleitoral não são claros. Para Brollo e Nannicini (2012), os resultados apontam o incremento de cerca de dois ou três pontos percentuais para os postulantes que contam com prefeitos que pertencem à coligação ou são do mesmo partido, respectivamente. Esse resultado, no entanto, é restrito para amostras em municípios onde concorrem somente dois candidatos para

o cargo de prefeito. Em municípios onde concorrem três candidatos para o cargo de prefeito, os resultados para as eleições presidenciais são menos robustos.

O estudo realizado por Avelino *et al.* (2013) contribui para o debate a respeito da articulação partidária que ocorre entre prefeito e candidato durante as eleições para o legislativo federal. Os autores argumentam que partidos teriam vantagens eleitorais em municípios que são controlados pelos seus correligionários, desde que eles consigam se organizar e articular os níveis estadual e municipal. Baseando-se nas votações das eleições ocorridas em 2008 e 2010, os resultados dos testes realizados pelos autores apontam para a existência da articulação partidária, em que o prefeito atua como cabo eleitoral dos deputados federais do seu partido. Ademais, encontram efeito também na votação dos deputados estaduais, mas para esses o impacto seria menor do que para os deputados a nível federal.

A tese de Barone (2014) apresenta conclusões similares quando investiga se a vitória de um prefeito impacta nas eleições estaduais e nacionais subsequentes. Partindo do pressuposto que prefeitos atuam no sentido de angariar votos para os candidatos que apoiam e que ambos são, de preferência, do mesmo partido, demonstrou-se haver impacto das eleições dos prefeitos em 2008 no voto para deputados federais em 2010; impacto esse que é menor para deputados estaduais⁷.

A pesquisa ainda se estende para a análise das eleições, ocorridas entre 1996 a 2010, para senador, governador e presidente. Diferente das eleições para a Câmara, concluiu-se não haver efeitos, sejam eles positivos sejam negativos, para a disputa de cargos no Senado, com exceção aos que pertencem ao DEM, que apresentou efeitos negativos⁸. Já nas disputas para o governo estadual, onde governadores são figuras com grande visibilidade e poder, o autor optou por testes separados entre candidatos que são desafiantes e os incumbentes. Os dados revelaram que a principal diferença entre esses dois tipos de concorrentes é de que os desafiantes têm performance negativa onde o próprio partido ganhou nas eleições municipais; ao passo que os incumbentes apresentam efeito positivo, sobretudo em cidades maiores. Referente às eleições para presidente, baseando-se somente nas disputas entre PT e PSDB, os resultados apresentados por Barone apontam para um pior desempenho

⁷ O autor faz ressalvas no efeito desse impacto, dado que é válido somente no espaço de tempo citado e, além disso, o efeito varia de acordo com o contexto político local e com as características dos municípios (BARONE, 2014, p. 75).

⁸ O efeito negativo, de acordo com Barone, estaria relacionado com a perda de espaço que o partido vem enfrentando ao longo dos pleitos e com a migração de políticos para outros partidos.

do PT em municípios onde ele venceu as eleições municipais, enquanto para o PSDB o efeito é positivo em 2006 e nulo em 2010⁹.

Esta curiosa punição eleitoral para presidente que o PT sofre em municípios governados por co-partidários não é um fenômeno recente. Ames (1994) já havia demonstrado, nas eleições para o segundo turno de 1989 que as prefeituras não contribuíram para a votação do candidato do próprio partido. Os argumentos utilizados pelo autor para explicar esse resultado se referem à recente presença do PT no governo local e às dificuldades enfrentadas pelo partido no governo desses municípios, devido ao tamanho das cidades em que havia vencido — em sua maioria de porte populacional grande —, e o acesso e o controle dos meios de informação. No entanto, em eleições posteriores o partido alcançou a presidência, expandiu-se pelo território brasileiro e, mesmo assim, essa penalidade sofrida pelo candidato à presidência esteve presente, como mostram os estudos sobre as determinantes locais das eleições de 2006 (NICOLAU; PEIXOTO, 2007; ZUCCO, 2008; CANÊDO-PINHEIRO, 2014; SIMONI JR., 2017). Como já mencionamos, Zucco (2008) argumenta que isso se deve à mudança da base eleitoral do partido, mas essa justificativa não se sustenta, porque Barone (2014) e Feierherd (2019) mostram que essa característica persistiu nas eleições presidenciais seguintes.

Feierherd (2019) inova ao propor uma explicação para a ocorrência desse fenômeno e ao testá-lo. O argumento utilizado pelo autor é de que a satisfação dos eleitores com os bens públicos locais influencie as avaliações deles sobre os candidatos nacionais, mas apenas quando prefeito e candidato pertencem a um partido com uma marca forte. De acordo com os resultados obtidos nos testes, o PT sofreu, em média, uma redução de três pontos percentuais nos votos em cidades com prefeitos do PT, entre os anos de 1998 a 2014, enquanto o seu opositor, o PSDB, não teve benefícios nem prejuízos em municípios com prefeitos do mesmo partido. A sigla partidária é, para Feierherd, um fator importante nesses resultados. Ela seria um meio dos eleitores conectarem os políticos em diferentes níveis e utilizá-la para julgar coletivamente a reputação dos candidatos. A força do partido permite que o eleitor

⁹ Ainda que Brollo e Nannicini (2012) apliquem o mesmo método – a regressão descontínua – de Barone (2014), por exemplo, acreditamos que os resultados sejam diferentes por conta dos procedimentos adotados. Na pesquisa de Brollo e Nannicini cada município em uma eleição é incluído na análise apenas uma vez, como unidade tratada ou não. Na tese de Barone, para cada eleição em cada município há uma unidade tratada e uma não tratada.

associe prefeito e presidente que fazem parte da mesma sigla provocando, conseqüentemente, efeito nos resultados das eleições presidenciais.

Um partido “forte” se caracteriza como aquele capaz de se diferenciar dos demais, mantendo internamente os políticos coesos. Feierherd (2019) atribui ao PT essas características. Três argumentos são citados pelo autor para diferenciar o PT dos demais, quais sejam: a capacidade que a sigla tem de formar uma grande base partidária, empenhando-se na construção de sua imagem; a coerência partidária, que possibilita aos eleitores identificar uma questão que é comum a todos os políticos do partido; e a disciplina partidária, havendo poucas trocas de políticos para outros partidos. Em nível local, “o modo petista de governar” também seria ainda mais importante para delinear as prioridades do partido. O PSDB, por sua vez, mesmo sendo aquele que disputou contra o PT todas as eleições durante o período analisado, não teria sido capaz de formar um partido coeso e de estabelecer um vínculo com os eleitores¹⁰.

A hipótese é testada tanto em nível agregado, quanto individual. A análise em nível agregado consistiu também no emprego da regressão descontinuada, com dados do Fundo de Participação Municipal (FPM) para avaliar se os eleitores punem o candidato à presidente nos municípios onde os co-partidários têm poucos recursos para fornecer bens públicos, gerando insatisfação à população. Os resultados obtidos apontam que o PT sofre uma punição eleitoral menor à medida que a receita via FPM aumenta, enquanto para o PSDB não há efeito perceptível.

Utilizando os dados do Brazilian Election Panel Study (BEPS/2010), os resultados em nível individual sugerem que os eleitores insatisfeitos com a gestão do PT em nível local têm maior probabilidade de não apoiar o partido nas eleições para a presidência, do que aqueles que estão satisfeitos. Feierherd também faz entrevistas com eleitores em 2018, com objetivo de verificar se a sigla partidária e o desempenho do incumbente local produzem efeitos nas eleições nacionais. A consulta apontou que o desempenho de prefeitos do PT tem maior probabilidade de afetar os resultados dos candidatos à presidência pelo partido, diferentemente do PSDB.

Em que pese os avanços realizados pelo autor, a parte empírica apresenta limitações. A amostra do BEPS é nacional e, portanto, não é adequada para

¹⁰ A força de outros partidos, como o PV, PPS e PSB também são mencionadas no estudo. O PV e PPS, embora sejam partidos menores, teriam siglas partidárias mais fortes devido a uma agenda de esquerda, enquanto o PSB seria caracterizado como um partido de sigla difusa.

inferências municipais. Com um problema inverso, as 840 entrevistas realizadas não são representativas do conjunto do eleitorado nacional. Além disso, é importante salientar que as entrevistas ocorrem em um período em que o partido enfrenta uma série de desgastes. Somente dois anos antes — em 2016 — a presidenta Dilma Rousseff (PT) havia sofrido um processo de *impeachment* e, em 2018, Lula, maior expoente do partido, havia sido condenado à prisão. Essas e outras peculiaridades das eleições de 2018 podem não apresentar com exatidão a força do partido.

O emprego do FPM para analisar a capacidade do prefeito em fornecer bens públicos pode não ser uma medida apropriada para captar as vantagens da incumbência para o partido. Embora essas transferências representem parcela significativa da receita municipal, principalmente nos municípios pequenos (FIRJAN, 2017), os critérios de distribuição são estabelecidos de forma exógena e tendem a apresentar distorções nos repasses (ROCHA, 2019). São recursos que os municípios arrecadam, mas que não cabe aos prefeitos determinar o quanto recebem e nem permite que se examine como foram gastos. Como o objetivo é verificar a importância da oferta de bens públicos e dos desempenhos dos prefeitos, é razoável utilizar variáveis de gestão fiscal e crescimento econômico local, ou seja, informações sobre recursos que são responsabilidade dos prefeitos determinar a arrecadação e orientar quais são as áreas prioritárias de gasto, presentes em pesquisas como Meneguín *et al* (2005), Cavalcante (2015, 2016) e Fernandes e Fernandes (2017, 2019).

Ademais, é preciso considerar que, ao longo dos dezesseis anos de disputas analisadas, o PT promoveu mudanças graduais com o objetivo de se tornar mais competitivo eleitoralmente e, assim, deslocou-se para a posição de centro-esquerda nas disputas presidenciais, procurou profissionalizar sua estrutura e dar mais autonomia às suas lideranças em relação à base partidária (AMARAL, POWER, 2015), mantendo seu compromisso com a democracia representativa e preservando características herdadas do passado (HUNTER, 2007). Com a conquista da presidência, o PT aproveitou a grande visibilidade que obteve com a campanha e vitória em 2002 para se expandir pelo território, sobretudo no Norte e Nordeste (VAN DYCK, 2017). Dessa forma, o partido precisou se adaptar ao contexto político da região e recrutar candidatos sem o perfil social e político tradicional, além de lidar com uma tarefa complexa, que foi gerir um número cada vez maior de prefeituras (ALVES, 2018; DUNNING; NOVAES, 2020), trazendo novos desafios para o partido em termos de organização.

Por fim, a nível nacional Feierherd não considera que a relevância do PSDB como principal oposição ao PT ao longo de várias disputas nacionais pode ter implicações no comportamento do eleitor. Ainda que a identificação partidária com o partido seja baixa (KINZO, 2005), a trajetória de disputa polarizada com o PT pode ter tido um papel importante para estabelecer as preferências dos eleitores e a simpatia que eles desenvolvem pelos partidos com o passar do tempo. A partir de um conjunto de entrevistas presenciais feitas pelo BEPS em 2010 e outra on-line, realizada via Facebook, Samuels e Zucco (2014) revelam que os partidários do PT e PSDB tendem a se alinhar ao seu partido quando conhecem o posicionamento deles em relação às questões políticas. Além disso, embora a estrutura interna do PSDB confira autonomia às lideranças e baixa comunicação entre os diretórios (ROMA, 2002, 2006), Curi (2021) mostra como, em São Paulo, a sigla conseguiu se organizar e se estabelecer com dominância desde 1994. Com uma organização interna fortemente institucionalizada, o PSDB/SP adotou algumas estratégias que contribuíram para o sucesso do partido no estado, tais como: a instalação e a organização de diretórios por todo o estado, incorporando práticas do seu partido de origem, o PMDB; o monitoramento do desempenho eleitoral dos candidatos e das demandas nos municípios; e a formação de alianças estratégicas com outras siglas. Ou seja, não é tão óbvio que o partido e seus eleitores não consigam vincular as campanhas e os desempenhos entre os cargos.

Em resumo, Feierherd desconsidera as mudanças ocorridas nas siglas, principalmente no PT, ao longo do tempo — e os desafios que isso representa para a organização partidária —, bem como o fato de que a polarização das eleições presidenciais possa ter contribuído para que os eleitores desenvolvam afinidades com os partidos — e mesmo a possibilidade do PSDB associar suas plataformas nos diferentes níveis. Sendo assim, a dinâmica do sistema eleitoral formada entre o PT e o PSDB no país durante 1994 a 2014 aponta para a possibilidade de estabelecimento de vínculos entre co-partidários de diferentes esferas e a maneira como são geridos os recursos nesses âmbitos.

Os estudos sobre a teoria do voto retrospectivo — e também de sua derivada, a teoria da agência política —, quando relacionados à literatura do efeito *coattail* e *coattail* reverso, podem nos fornecer perspectivas alternativas de análise.

A teoria do voto retrospectivo parte da premissa de que os eleitores estabelecem critérios para avaliar o desempenho de governantes e, a partir dessa

avaliação, decidem pela recondução ou não do incumbente ao cargo (MANIN; PRZEWORSKI; STOKES, 2006). Para o eleitor, essa pode ser uma maneira vantajosa de diminuir os custos de tomada de decisão e, ao mesmo tempo, estimula os representantes a produzir políticas públicas com o objetivo de antecipar a reação dos constituintes (FIORINA, 1978). Para Key (1966), em análise sobre as eleições presidenciais americanas, os eleitores não são tolos, eles são antes “an electorate moved by concern about central and relevant questions of public policy, of governmental performance, and of executive personality” (KEY, 1966, p. 7-8)¹¹

Esse comportamento do eleitor remete à lógica elaborada por Downs (1999) para o cálculo que o eleitor racional realiza ao decidir seu voto. Em um mundo em que a informação é completa, com pleitos disputados por dois partidos, o eleitor racional compara o desempenho futuro esperado para os dois e escolhe aquele que lhe proporcionará maior utilidade. O desempenho do partido que já está no poder é estimado a partir do desempenho passado, assumindo que as políticas implementadas teriam continuidade no próximo mandato, enquanto o desempenho do partido desafiante é projetado, baseando-se em uma performance hipotética.

O elo entre a teoria do voto retrospectivo e a agência política é o potencial que as eleições têm de responsabilizar os representantes perante os representados. Ambas oferecem perspectivas sobre o funcionamento de mecanismos de prestação de contas eleitoral. Na agência política, os eleitores são descritos como os principais e os políticos como os agentes. Entre eles se estabelece uma relação de agência, em que os políticos realizam ações em nome dos eleitores, que, por sua vez, fornecem incentivos para que os políticos tomem decisões que se aproximem das que eles mais preferem.

A literatura formal levanta ao menos dois desafios enfrentados em todas as relações de agência política: o problema de risco moral e o problema de seleção adversa. Na seleção adversa, o principal não sabe como usar o controle que ele tem sobre o agente, ele não tem informações suficientes sobre as habilidades dos agentes e não sabe instruir quais ações devem ser executadas. No problema de risco moral — adotado em modelos como os de Barro (1973) e Ferejohn (1978) —, agente e principal têm preferências diferentes, o agente pode executar ações que afetam a utilidade do principal, mas o principal não é capaz de controlar diretamente essas

¹¹ “um eleitorado movido pela preocupação com questões centrais e relevantes de política pública, de atuação governamental e de personalidade executiva” (KEY, 1966, p. 7-8, tradução nossa).

ações. Assim, para aproximar as ações dos agentes a interesses compatíveis com os seus, os principais fornecem como forma de incentivo o prêmio ou a punição. No caso dos políticos, por exemplo, o prêmio pode ser a recondução ao cargo e a punição, a substituição do agente (BRAUN; GUSTON, 2003; GAILMARD, 2012).

Além disso, Manin, Przeworski e Stokes (2006) chamam a atenção que fatores institucionais são importantes para que os governantes sejam induzidos a prestar contas por suas ações. Os eleitores premiam ou punem os políticos de maneira apropriada conforme a capacidade que eles têm de identificar e atribuir ao governo em exercício o controle sobre a formulação e o resultado das políticas (POWELL; WHITTEN, 1993; CHEIBUB; PRZEWORSKI, 1997). O papel da mídia e, inclusive, dos adversários políticos é essencial para auxiliar os eleitores a se manterem informados sobre a conduta do governo, ainda que haja limitação e assimetria no acesso dos eleitores às informações (MANIN; PRZEWORSKI; STOKES, 2006; GAILMARD, 2012).

Um meio de analisar empiricamente o voto retrospectivo consiste em empregar informações sobre as condições econômicas dos países para explicar a manutenção ou avaliação de governos. Em alguns estudos comparativos, a situação econômica não apresenta efeitos na recondução do incumbente ao cargo (CHEIBUB; PRZEWORSKI, 1997) e, se há efeitos, eles não são constantes (POWELL; WHITTEN, 1993); em outros, principalmente os que analisam os países da América Latina, mostram que os eleitores punem os incumbentes quando a economia vai mal (BENTON, 2005; MURILLO; VISCONTI, 2016). No Brasil, Fernandes e Fernandes (2017), em análise sobre as disputas que ocorrem entre os anos 2000 a 2010, apresentam evidências de que não só fatores econômicos nacionais, mas também locais, influenciam na votação obtida pelos incumbentes municipais e presidenciais. Em trabalho posterior, Fernandes e Fernandes (2019) focam nos resultados das eleições nacionais ocorridas entre os anos de 1994 a 2010 nos municípios de São Paulo e também confirmam que as medidas de crescimento econômico local têm influência na votação obtida pelo incumbente presidencial.

O voto retrospectivo também pode se manifestar em outros objetos empíricos. Existem evidências de que os eleitores nos municípios brasileiros recompensam os prefeitos pela sua gestão, especialmente quando as despesas de investimento aumentam (MENEGUIN *et al*, 2005; CAVALCANTE, 2015, 2016). Em eleições presidenciais, os resultados econômicos nacionais e subnacionais, além do efeito do

PB,F são utilizados para análise da reeleição. Pesquisas como as de Hunter e Power (2007), Nicolau e Peixoto (2007), Zucco (2008), afirmam que o PBF teve um impacto significativo na reeleição de Lula em 2006, porém, para Simoni Jr. (2017) a magnitude do efeito é pequena; enquanto Shikida *et al* (2009) afirmam que a situação econômica do país pode ter contribuído para a reeleição. Utilizando *surveys* referentes às eleições de 2006 e 2010, Simoni Jr. (2017, 2021) ressalta ainda que os efeitos indiretos do PBF na votação do PT, ou seja, pessoas que conhecem beneficiários do programa têm maior probabilidade de votar no partido.

Essas pesquisas nos fornecem pistas de quais são as maneiras mais adequadas de analisar as eleições presidenciais, considerando medidas que tratam sobre o nível municipal. No entanto, nossa proposta foca em um ponto pouco estudado no caso brasileiro, ou seja, examinar os efeitos da gestão municipal nas eleições presidenciais, quando prefeito e candidato pertencem ao mesmo partido. Tendo isso em vista, alguns estudos sugerem que os eleitores podem adotar um esquema de avaliação conjunta do partido em diferentes níveis.

Zudenkova (2011) fornece um modelo que visa explicar o efeito *coattail* a partir do modelo de agência política. A autora modela eleições no Executivo e Legislativo federal, em um cenário no qual as eleições são simultâneas e cada partido tem um candidato para a presidência e outro para o cargo de parlamentar. A autora parte de pressupostos comuns às teorias acima apresentadas. O eleitor observa o desempenho dos incumbentes e, nas eleições, recompensa aqueles que apresentaram bons resultados. A utilização de regras para avaliação pode influenciar o comportamento dos políticos durante o mandato, funcionando como um incentivo para que eles proporcionem bem-estar aos eleitores com o objetivo de se reeleger. No entanto, a autora inova ao considerar que, além de ser estimulado a se manter no cargo, o político também prefere que seu homólogo seja eleito (ou reeleito) para a vaga a qual concorre. Como os incentivos estão correlacionados, o eleitor avalia o desempenho conjunto deles, condicionando a avaliação aos políticos que pertencem ao mesmo partido ou a partidos diferentes.

Conforme afirma a autora, o resultado desse esquema é a votação *coattail*. Por um lado, o efeito *coattail* presidencial ocorre porque o bom/mau desempenho do chefe do Executivo aumenta/diminui as chances de o candidato a deputado do mesmo partido ser (re) eleito. Por outro lado, a chance de o presidente ser (re) eleito depende da performance do parlamentar, resultando no *coattail* reverso. Neste cenário, o eleitor

tende, portanto, a adotar a avaliação de desempenho do partido ao invés da avaliação individual, uma vez que os incentivos dos políticos são correlacionados, preocupando-se com as chances do seu partido em vencer as disputas. Nos casos de reeleição dos titulares em um estado onde o parlamentar é de partido diferente do presidente, os resultados estão negativamente correlacionados: o bom desempenho de um reduz a chance de reeleição do outro.

Gélineau e Remmer (2006) analisam as eleições nacionais e subnacionais na Argentina, baseados em dados agregados e em nível individual, com o objetivo de compreender os incentivos políticos que moldam a tomada de decisão dos eleitores e examinar a atribuição de responsabilidade pelo desempenho das políticas. A pesquisa em nível agregado abrange as eleições para governador e deputado provincial entre os anos de 1983 a 2001 e sugere que os candidatos co-partidários do presidente são punidos ou recompensados, principalmente de acordo com a popularidade presidencial e/ou o desempenho da economia nacional, - o desempenho da economia subnacional é importante, mas pode resultar de uma vantagem ou desvantagem do partido que ocupa a presidência. A análise em nível individual utiliza pesquisas realizadas em seis províncias argentinas entre os anos de 1998/99, durante eleições para todos os níveis de governo. Os testes sugerem que a aprovação presidencial e governamental tem um impacto significativo na escolha do voto para governador tanto nas províncias controladas por co-partidários do presidente, quanto da oposição, enquanto as avaliações do desempenho econômico não influenciam os votos. Os autores também relatam que a propensão de votar no candidato ao governo alinhado ao partido do presidente aumenta à medida que a aprovação presidencial e governamental aumenta. Além disso, em análise sobre as eleições presidenciais e provinciais, os resultados apontam para a interdependência das avaliações de governos em ambos os níveis na escolha dos eleitores, ou seja, não só a avaliação do presidente influencia nas eleições subnacionais, mas o inverso também é válido. Por fim, Gélineau e Remmer concluem que os eleitores argentinos têm dificuldades de distinguir a responsabilidade pelas políticas nos dois níveis de governo.

Rodden e Wibbels (2010) examinam os efeitos das condições econômicas nacionais e subnacionais sobre as eleições em quatro federações — Argentina, Canadá, Alemanha e Estados Unidos — com informações que abrangem períodos eleitorais distintos para cada país. Para analisar as votações nas eleições subnacionais, realizou-se a interação entre as variáveis de crescimento econômico

nacional com uma *dummy* que indica se o candidato a governador incumbente e o chefe do Executivo nacional compartilham da mesma sigla partidária. Os resultados indicam que a economia nacional não apresenta efeitos consideráveis na votação dos candidatos, independente do partido. Além disso, os candidatos co-partidários dos presidentes tendem a receber uma parcela menor de votos conforme as eleições presidenciais e provinciais ocorrem em tempos distintos.

Baseados em Zudenkova (2011), Madariaga e Ozen (2015) afirmam que a avaliação conjunta pode ocorrer nas eleições estaduais e presidenciais norte-americanas devido à correlação de interesses entre os co-partidários: eles querem se (re)eleger ao mesmo tempo em que preferem que os colegas de partido sejam (re)eleitos, uma vez que dependem uns dos outros para a relevância eleitoral da sigla e porque, em um sistema multinível, as políticas governamentais operam no compartilhamento de funções executadas. E, também, pode ocorrer em virtude dos eleitores serem capazes de identificar o rótulo partidário compartilhado pelos políticos e reconhecer as vantagens que candidatos do mesmo partido, ocupando diferentes cargos de poder, acarretam ao seu bem-estar.

Para testar os efeitos *coattail* bilateral nas eleições estaduais e presidenciais norte-americanas, Madariaga e Ozen (2015) utilizam dados em nível agregado e individual — realizada pelo Cooperative Congressional Elections Study (CCES) —. Em nível individual, com as informações sobre as eleições de 2008 e 2012 em onze estados, os resultados indicam que a aprovação dos governadores do partido Democrata aumenta a chance de votar em candidato a governador e a presidente do partido, e o mesmo vale para o partido Republicano. Depois, com dados agregados a nível estadual das eleições, ocorridas entre 1960 até 2012, presidenciais e estaduais simultâneas, os resultados apresentados são estatisticamente significativos para o *coattail* reverso, mas não para o *coattail* presidencial. Isso se deve, de acordo com os autores, à quantidade de informações disponíveis dos candidatos locais e à exposição dos candidatos aos seus eleitores.

Para Schonhage e Geys (2020), a avaliação conjunta ocorre porque a percepção e a avaliação que os eleitores fazem de um titular influencia como eles avaliam outros titulares desse mesmo partido. Para os autores, os partidos são importantes para fornecer pistas aos eleitores sobre o comportamento dos políticos. As informações que os eleitores têm sobre um incumbente de um partido se expandem para os co-partidários em outros níveis de governo. Assim, a hipótese é de

que a avaliação de um incumbente em um nível influencia a avaliação de seu correligionário em outro, especialmente se os eleitores são mais informados e politicamente mais interessados e em ano eleitoral. A hipótese é testada em análise sobre as eleições regionais e nacionais que ocorrem entre 1990 a 2018 na Alemanha, com pesquisas a nível individual realizadas pelo Forschungsgruppe Wahlen, além de informações sobre a composição dos governos federal e regional. São mencionados quatro motivos que levaram Schonhage e Geys (2020) a analisar a Alemanha, quais sejam: os partidos políticos atuam em todos os níveis da federação e tendem a seguir de acordo com as diretrizes nacionais; a maioria dos eleitores está ciente sobre os políticos à frente dos governos; as siglas alemãs apresentam estabilidade programática. Os resultados indicaram que as avaliações positivas do governo federal e regional estão relacionadas ao alinhamento partidário dos políticos, com um efeito crescente à medida que os eleitores conhecem e têm mais interesse na política e quando ocorrem as eleições nacionais.

Para poder adaptar essas abordagens ao contexto brasileiro, é preciso considerar alguns aspectos. Primeiro, em nossa análise, as eleições para prefeito e presidente são não-simultâneas, assim como em alguns casos estudados por Gélinau e Remmer (2006) e Schonhage e Geys (2020). Além disso, nossos resultados advêm somente de informações em nível agregado. E, por fim, nosso interesse está em capturar as influências eleitorais do cargo mais baixo em direção ao cargo mais alto da federação, assim como testam Madariaga e Ozen (2015) e Gélinau e Remmer (2006).

Sabendo disso, é possível supor que, ao longo de várias disputas, os rótulos partidários do PT e do PSDB permitam que os eleitores sejam capazes de vincular os políticos em diferentes âmbitos e percebam as vantagens do alinhamento partidário entre a esfera federal e a municipal, tal como Brollo e Nannicini (2012) mostram que a probabilidade de vitória nas eleições municipais aumenta para co-partidários do presidente devido aos repasses do governo federal. A partir desse e de outros estudos, tais como Ames (1994), Barone (2014) e Baião e Couto (2017), é possível presumir também que os co-partidários têm interesses correlacionados. Aos presidentes, por sua vez, interessa estabelecer coordenação com os prefeitos para que eles mobilizem votos nas próximas disputas nacionais. Dessa maneira, um dos fatores considerados pelo eleitor no seu voto para presidente é a gestão dos prefeitos no caso de pertencerem ao mesmo partido.

O Gráfico 2 exibe uma representação esquemática de como os estudos (AMES, 1994; NICOLAU; PEIXOTO, 2007; ZUCCO, 2008; BARONE, 2014; SIMONI JR., 2017) abordam somente de modo parcial os efeitos do nível municipal nas eleições nacionais, focando apenas na identificação partidária do prefeito. Nossa proposta consiste em estabelecer uma condição entre a gestão municipal e o partido à frente da prefeitura para captar os efeitos nas eleições nacionais, como será apresentado a seguir nas hipóteses.

Gráfico 2 - Efeito direto do partido do prefeito no município nas eleições presidenciais



Fonte: elaboração própria.

3 HIPÓTESES

A partir do exposto, foram desenvolvidas duas hipóteses.

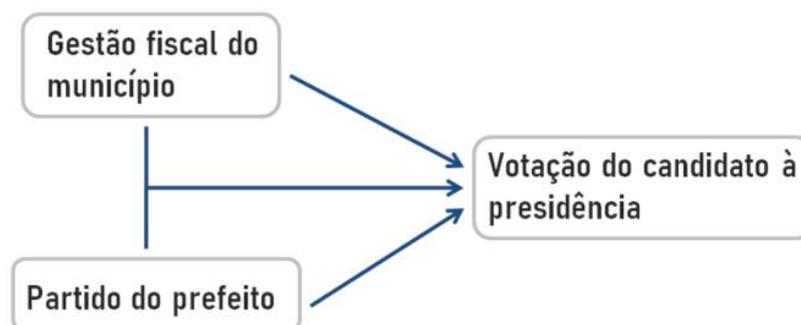
A primeira considera o conceito postulado por Ames (1994) ao analisar as eleições de 1989: durante a disputa pelo cargo, os candidatos à presidência procuram apoio dos incumbentes municipais com o objetivo de obter melhor desempenho nessas localidades. Se os prefeitos, devido à sua influência e ao controle da máquina pública, são capazes de induzir o voto dos eleitores então,

HIPÓTESE 1: espera-se que as lideranças municipais sejam capazes de transferir votos para seus companheiros de partido. Assim, em municípios onde o prefeito pertence ao mesmo partido do candidato à presidência ocorre o efeito *coattail* reverso.

Na segunda hipótese, sugere-se que o efeito *coattail* reverso está condicionado à gestão do incumbente municipal, como exposto no Gráfico 3. Se a ocorrência do efeito *coattail* reverso é motivada pela avaliação de desempenho conjunta que os eleitores fazem dos incumbentes do Executivo municipal e federal, então

HIPÓTESE 2: em municípios onde o prefeito pertence ao mesmo partido do presidente, espera-se que à medida que o incumbente municipal apresente maior capacidade de arrecadar e fornecer bens públicos para os eleitores, isso aumente as chances eleitorais do candidato presidencial.

Gráfico 3 – Proposta de análise dos efeitos municipais na votação para presidente



Fonte: elaboração própria.

4 MÉTODO

4.1 MÉTODO DE REGRESSÃO LINEAR MULTIVARIADA E TESTES DE ESPECIFICAÇÃO

Foram coletados os resultados das eleições nacionais para os anos de 2002 a 2014, os resultados das eleições municipais entre 2000 a 2012 e informações sobre a administração dos municípios brasileiros — atualmente, tratam-se de 5.570 municípios —, durante o período de 2001¹² a 2014. A escolha do período temporal cobre não só os anos em que o PT venceu as eleições presidenciais, mas também a época em que o PSDB estava na presidência e tentava permanecer no cargo. O banco de dados buscou contemplar, para além dos resultados das eleições nacionais e municipais e gestão fiscal municipal, os aspectos econômicos, sociais e geográficos de cada município, bem como a política estadual, que serviram como variáveis de controle nos modelos.

Em virtude dos dados coletados serem observacionais, o desenho de pesquisa apropriado é o quase-experimental, com adoção do modelo de regressão linear multivariado. O modelo tem por objetivo estimar a relação entre as variáveis dependente e independente enquanto estabelece-se na equação as variáveis de controle (GUJARATI; PORTER, 2011; KELLSTED; WHITTEN, 2013; SILVA, 2018). A fim de testar as hipóteses, a principal estratégia é incluir termos interativos com efeitos multiplicativos no modelo. Isso porque a hipótese é condicional (BRAMBOR *et al* 2006), ou seja, o efeito *coattail* reverso nas eleições presidenciais depende do comportamento das variáveis de gestão fiscal dos municípios.

Sendo assim, a equação é dada por

% do voto do candidato à presidência

$$\begin{aligned}
 &= \beta_0 + \beta_1(\textit{Partido do prefeito} * \textit{Investimento}) \\
 &+ \beta_2(\textit{Partido do prefeito} * \textit{Gasto Social}) \\
 &+ \beta_3(\textit{Partido do prefeito} * \textit{Custeio de pessoal}) \\
 &+ \beta_4(\textit{Partido do prefeito} * \textit{Receita Tributária}) \\
 &+ \textit{Termos constitutivos das interações} + \textit{Controles} + \mu
 \end{aligned}$$

Em que:

¹² Considerando que prefeitos eleitos no ano 2000 tomam posse e passam a governar somente no ano seguinte.

β_0 = intercepto

μ = termo de erro

Conforme propõem Brambor *et al.* (2006), incluiu-se no modelo as interações e, também, os seus termos constitutivos, ainda que isso implique em um aumento da multicolinearidade e, conseqüentemente, ao aumento dos erros padrões. Porém, como constatado pelos autores, “high multicollinearity simply means that there is not enough information in the data to estimate the model parameters accurately and the standard errors reflect this” (BRAMBOR *et al.*, 2006, p. 70)¹³. Além de incluir todos os termos constitutivos e a interação, Brambor *et al.* (2006) também sugerem que, para facilitar a interpretação, os efeitos marginais condicionais sejam preferencialmente apresentados em um gráfico que contenha os intervalos de confiança. Recentemente, Hainmueller *et al.* (2019) desenvolveram uma nova abordagem para avaliar os modelos interativos, composta por duas estratégias (*binning estimator* e *kernel*), que mantêm a estrutura de regressão, ao mesmo tempo em que relaxam a suposição do efeito de interação linear (chamado de LIE pelos autores) e evitam a extrapolação nas estimativas de efeito marginal. Porém, o pacote “interflex” desenvolvido por Hainmueller *et al.* (2019)¹⁴, no R para poder aplicar essas estratégias não comporta mais de uma interação, como é previsto em nossos modelos. Sendo assim, segue-se com as recomendações de Brambor *et al.* (2006).

Na Tabela 2 seguem as variáveis empregadas nos modelos estatísticos, juntamente com a definição de cada uma delas, além da unidade de medida e a fonte de onde essas informações foram coletadas.

Tabela 2 – Descrição das variáveis utilizadas

Variáveis	Definição	Unidade de medida	Fonte
% Votos PSDB	Votação do partido nas eleições presidenciais de 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014 em votos válidos no 1º turno por município	%	TSE
% Votos PT	Votação do partido nas eleições presidenciais de 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014 em votos válidos no 1º turno por município	%	TSE

¹³ “alta multicolinearidade significa simplesmente que não há informações suficientes nos dados para estimar os parâmetros do modelo com precisão e os erros padrão refletem isso” (BRAMBOR *et al.*, 2005, p. 70, tradução nossa).

¹⁴ Os autores desenvolveram um guia que ensinam como utilizar o pacote, que pode ser visto em: <https://yiqingxu.org/packages/interflex/RGuide.html>. Acesso em: 2 jul. 2021.

Média de Investimento per capita	Média da despesa em investimento per capita realizada pela prefeitura durante o ano da eleição presidencial e o ano anterior a disputa (2001/02; 2005/06; 2009/10; 2013/14)	R\$1	IPEADATA
Média de Custeio Pessoal per capita	Média da despesa em custeio de pessoal realizada pela prefeitura durante o ano da eleição presidencial e o ano anterior a disputa, ou seja, nos anos de 2001/02; 2005/06; 2009/10; 2013/14	R\$1	IPEADATA
Média de Gasto Social per capita	Média da despesa em gasto social realizada pela prefeitura durante o ano da eleição presidencial e o ano anterior a disputa, ou seja, nos anos de 2001/02; 2005/06; 2009/10; 2013/14. Gasto social abrange as despesas nas áreas de: assistência social e previdência; educação e cultura; saúde e saneamento; habitação e urbanismo	R\$1	IPEADATA
Média de Receita Tributária per capita	Média da receita tributária per capita obtida pela prefeitura durante o ano da eleição presidencial e o ano anterior a disputa, ou seja, nos anos de 2001/02; 2005/06; 2009/10; 2013/14	R\$1	IPEADATA
Prefeito PT	Se o prefeito é do PT nos anos 2000, 2005, 2009 e 2013	0 - Não; 1 - Sim	TSE; MUNIC (IBGE)
Prefeito PSDB	Se o prefeito é do PSDB nos anos 2000, 2005, 2009 e 2013	0 - Não; 1 - Sim	TSE; MUNIC (IBGE)
Governador do PSDB	Se o governador é do PSDB nos anos 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014	0 - Não; 1 - Sim	TSE
Governador do PT	Se o governador é do PT nos anos 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014	0 - Não; 1 - Sim	TSE
Taxa de crescimento do PIB per capita	Mede o crescimento econômico do município durante o ano da eleição presidencial, em comparação ao ano anterior(2001/02, 2005/06, 2009/10, 2013/14)	%	IBGE
PIB per capita	Mede a riqueza dos municípios nos anos 2002, 2006, 2010 e 2014	R\$1	IBGE
Alcance do Programa Bolsa Escola	Percentual da população atendida pelo Programa Bolsa Escola em 2002	%	Zucco (2013); Harvard Dataverse
Alcance do Programa Bolsa Família	Percentual da população atendida pelo Programa Bolsa Família em 2006, 2010 e 2014	%	MDS; IBGE
% População em áreas urbanas	Proporção da população que vive em áreas urbanas em 2000, 2005 e 2010	%	IBGE
População	População total nos municípios em 2002, 2006, 2010 e 2014	Milhares	IBGE
Região	Dummies para cada uma das cinco regiões do Brasil	0 - Não; 1 - Sim para cada região	IBGE

Fonte: elaboração própria.

Foram estimados resultados para os dois partidos para cada eleição presidencial de 2002 a 2014. Sendo assim, as variáveis foram inseridas conforme o tempo a que elas se referem, por exemplo: quando a variável dependente é o percentual de votos recebido pelo candidato à presidência do PSDB em 2002, as variáveis independentes são as interações entre o prefeito eleito pelo PSDB em 2000¹⁵ e as variáveis fiscais nos anos 2001/2002. Somam-se a elas as variáveis de controle, que poderiam ser separadas em dois grupos: o primeiro grupo corresponde aqueles em que há informações relativas ao ano das eleições presidenciais, como o crescimento do PIB per capita, o PIB per capita, o tamanho da população, o alcance do PBE e a *dummy* dos estados onde o PSDB elegeu governador. E o segundo grupo trata-se daqueles com informações de anos anteriores, como o percentual da população em áreas urbanas, coletados pelo censo do IBGE nos anos 2000¹⁶, e informações sobre as eleições de 1988, tais como o percentual de votos recebidos pelo partido nas eleições para a presidência e a *dummy* dos estados onde o PSDB elegeu governador. Além desses, há também as *dummies* de regiões do país, que não possuem variação no tempo.

Substituindo a variável dependente para o percentual de votos recebido pelo candidato à presidência do PSDB em 2006, teríamos uma principal mudança nas variáveis de controle. Essa mudança se deve à substituição da variável do Programa Bolsa Escola pelo Programa Bolsa Família¹⁷. Ademais, como mencionado anteriormente, além da adaptação dos demais controles de acordo com o tempo, a variável que mede o percentual de áreas urbanas (2005) para as eleições de 2006 é a média dos anos 2000 e 2010. Nos seguintes pleitos presidenciais, essa variável é inclusa nos modelos com os valores obtidos pelo censo de 2010.

Embora a regressão linear multivariada permita estimar o efeito médio da variável independente sob a dependente, enquanto controlamos pelos efeitos de outras variáveis, ela não pode ser considerada um método robusto para determinar relações causais (GUJARATI; PORTER, 2011). Esse método estaria mais próximo de

¹⁵ Esta medida não capta as migrações partidárias entre a eleição municipal e a presidência. Para os pleitos seguintes conseguimos minimizar esse erro de medida, pois é possível utilizar os partidos dos prefeitos coletados pelo IBGE no ano seguinte ao pleito municipal.

¹⁶ Assim como as informações sobre as eleições municipais, essas informações têm uma pequena defasagem.

¹⁷ Criado em 2001 na gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o Programa Bolsa Escola, juntamente com o Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás, vieram a ser substituídos no governo de Lula, em 2003, por um único programa: o Bolsa Família.

ser interpretado como uma correlação, porém mais sofisticado para avaliar a relação entre as variáveis (SILVA, 2018), permitindo a distinção entre variável dependente e independente (GUJARATI e PORTER, 2011).

Outro método adequado para determinar relações causais, e que tem sido utilizado pela literatura do efeito *coattail* reverso é a regressão descontínua. Esse método que, em inglês, é conhecido como *regression discontinuity designs* (RDD) possibilita mensurar o efeito de uma intervenção (exógena), em que é traçado um ponto de corte, que permite analisar a diferença entre as unidades próximas, mas separadas pelo ponto de corte, e, dessa forma, potencialmente iguais, em média, em variáveis observáveis e não-observáveis (SILVA, 2018; DUARTE, 2021). De acordo com Barone (2014), ele é adequado para análises eleitorais, sobretudo para eleições majoritárias, pois elas produzem “descontinuidades que podem ser exploradas para estimar o efeito da vitória — ou, alternativamente, do partido que venceu as eleições governar — sobre um conjunto diverso de variáveis” (BARONE, 2014, p. 33). Para Avelino *et al.* (2012, p. 989), uma vantagem do método é que ele permite a comparação entre dois partidos que disputam uma eleição (municipal, no caso), em situações onde a eleição é decidida por uma pequena margem de votos. No entanto, uma limitação associada ao uso da RDD é de que, por vezes, não há um considerável número de observações próximas ao ponto de corte, que divide os grupos de tratamento e de controle, para poder estimar o efeito causal do tratamento (BARONE, 2014). Além disso, a RDD estima apenas o efeito causal local (LATE), não permitindo inferências para as observações distantes do ponto de corte.

Por fim, é pertinente mencionar que tanto a construção do banco de dados, quanto os testes de regressão foram todos realizados na linguagem de programação R. Para avaliar se os nossos modelos se adequam aos pressupostos da regressão linear, utiliza-se as funções que testam a multicolinearidade (*Variance Inflation Factor – VIF*)¹⁸, a normalidade (*Anderson-Darling test*)¹⁹, a heterocedasticidade (*Breusch-Godfrey test*) e autocorrelação dos resíduos (*Durbin-Watson test*). Para corrigir os

¹⁸ Consideramos como aceitável em nossos modelos variáveis com o valor do VIF abaixo de 10, com exceção das interações.

¹⁹ Com exceção para as análises das eleições de 2006 referentes ao PT (com ou sem interação das variáveis fiscais dos municípios), os resíduos nos modelos não têm distribuição normal.

modelos com problemas de heterocedasticidade e autocorrelação, utilizamos a função *Newey-West*, incluso no pacote *Sandwich: Robust Covariance Matrix Estimators*²⁰.

4.2 AJUSTE DOS DADOS E ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS

Algumas das variáveis descritas acima precisaram passar por alguns ajustes e procedimentos para que pudessem ser utilizadas neste estudo. Em relação às variáveis dependentes, o mais adequado é transformar a votação dos candidatos à presidência do PSDB e PT no primeiro turno das eleições para o formato em percentual, por conta da distribuição assimétrica de votos nos municípios. Além disso, salientamos que essas variáveis também estão inclusas como controles nos modelos. Por exemplo, se o modelo estima os resultados para a votação recebida em 2002, o percentual de votos de 1998 está contido nos controles.

As variáveis moderadoras são as médias de investimento/ de custeio de pessoal/ de gasto social/ de receita tributária per capita. A escolha dessas informações fiscais sobre os municípios brasileiros advém de outros estudos que procuram avaliar o impacto de fatores locais nas eleições nacionais, como os trabalhos de Fernandes *et al.* (2017, 2019), ou nas eleições municipais, como fazem Meneguín *et al.* (2005) e Cavalcante (2015, 2016).

A análise empreendida considera que a gestão fiscal dos dois primeiros anos do mandato municipal pode afetar as eleições presidenciais seguintes. Assim, foi realizada a média dos valores dos dois anos em despesa/receita²¹. No entanto, quando um dos anos é igual a zero ou *missing*, utilizou-se o valor do outro ano completo. Em casos em que um dos anos é *missing* e o outro ano é igual a zero (ou os dois anos são iguais a zero), a observação foi considerada *missing*. Também, como observado por Marengo e Ten Cate (2021), há casos de municípios onde o valor da despesa para a função é maior do que a despesa orçamentária total do ano. Nestes casos, considera-se os dados como *missing* e utiliza-se somente o valor do outro ano completo, caso não ocorra o mesmo problema nele também. Depois desses procedimentos, as variáveis ainda foram transformadas em logaritmo natural.

²⁰ ZEILEIS A. Econometric Computing with HC and HAC Covariance Matrix Estimators. **Journal of Statistical Software**, v. 11, n. 10, 2004, p. 1–17. Disponível em: <https://cran.r-project.org/web/packages/sandwich/sandwich.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2021.

²¹ Antes da realização da média, os valores dos anos de 2001, 2005, 2009 e 2013 foram ajustados de acordo com a inflação. Sendo assim, os valores de 2001 foram corrigidos para valores do ano de 2002, os de 2005 foram corrigidos para valores de 2006 e assim por diante.

As variáveis de tratamento, ou seja, as *dummies* que identificam o partido do prefeito correspondem ao efeito *coattail* reverso, da mesma maneira como é avaliado por Ames (1994), Nicolau e Peixoto (2007), Zucco (2008), Simoni Jr. (2017), Lopes Fernandes e Lopes Fernandes (2017). A literatura emprega também outros meios para mensurar o efeito, como margem de vitória do prefeito, incluída no já mencionado método de regressão descontinuada (AVELINO *et al.*, 2012; BROLLO e NANNICINI, 2012; BARONE, 2014; NOVAES, 2017; FEIERHERD, 2019; VENTURA, 2020), ou a proporção dos votos recebidos pelo incumbente municipal, utilizando o método de mínimos quadrados de dois estágios (CARNEIRO; ALMEIDA, 2008; MADARIAGA; OZEN, 2015). Embora haja meios de mensuração diferentes, como apresenta-se a seguir, os resultados convergem com os que já foram apresentados pela literatura, os quais apontam para uma punição enfrentada pelo candidato à presidência do PT nos municípios governados por co-partidários e a variação em relação ao efeito para o PSDB.

As variáveis de controle que abrangem a hipótese do voto econômico são a taxa de crescimento do PIB per capita, cujos valores são determinados pela variação percentual da razão entre o PIB a preços constantes e a população residente do município entre dois anos consecutivos²²; e o PIB per capita, que foi transformado em logaritmo natural. Também estão inclusas duas variáveis que são essenciais à literatura sobre as eleições presidenciais nos últimos anos (HUNTER; POWER, 2007; NICOLAU; PEIXOTO, 2007; ZUCCO, 2008, 2013; LIMONGI; GUARNIERI, 2015; SIMONI JR, 2017), quais sejam: o alcance do Programa Bolsa Escola e o alcance do Programa Bolsa Família, que também variam de 0 a 100%²³.

Foram incluídas *dummies* de regiões do Brasil, tendo em vista a relevância que os estudos dão a esse componente nas eleições presidenciais, deixando a região Nordeste de fora dos testes para que fosse possível fazer comparações. Adicionamos ao modelo outras duas *dummies* que servem como controles e indicam o partido do governador eleito no mesmo ano da disputa presidencial analisada — indicando o poder do mesmo a nível estadual — e o partido do governador eleito nas eleições anteriores, como medida do voto retrospectivo.

²² Conforme instrui a Organização do Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/objetivo8/indicador811>. Acesso em: 6 ago. 2021.

²³ Há uma diferença na mensuração do PBE e do PBF: Zucco (2013) operacionaliza a variável PBE a partir do número de famílias em cada município cobertas pelo programa, enquanto a variável PBF é feita a partir do número de domicílios, conforme indicação de Simoni Jr. (2017).

Por fim, algumas transformações também foram necessárias nos dados que indicam as características municipais. Em relação ao percentual da população em áreas urbanas, foi calculada a média com os dados censitários dos anos 2000 e 2010, para poder chegar a um valor aproximado do ano de 2006, ano das eleições presidenciais. Além disso, a variável que aponta a população total dos municípios foi transformada em logaritmo natural.

Abaixo segue a Tabela 3 com as estatísticas descritivas das variáveis utilizadas nos modelos, com a identificação das variáveis dependentes, independentes e os controles.

Tabela 3 - Estatísticas descritivas das variáveis

Variáveis	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Desvio-padrão	Observações
DEPENDENTES						
% Votos PSDB 2002	2,174	80,127	30,901	30,929	13,142	5563
% Votos PSDB 2006	4,112	82,808	42,805	43,956	17,032	5565
% Votos PSDB 2010	2,505	75,053	33,598	34,535	14,059	5565
% Votos PSDB 2014	1,514	82,562	32,806	33,627	17,340	5570
% Votos PT 2002	5,776	79,793	42,420	42,386	12,049	5563
% Votos PT 2006	11,409	93,367	51,614	50,094	17,850	5565
% Votos PT 2010	15,839	94,838	55,311	54,122	15,823	5565
% Votos PT 2014	10,200	92,128	52,250	51,437	18,492	5570
MODERADORAS CONTÍNUAS						
Média Investimento per capita 2001/02 (log)	-3,335	9,391	4,258	4,251	0,757	5519
Média Investimento per capita 2005/06 (log)	0,956	8,321	4,465	4,453	0,774	5514
Média Investimento per capita 2009/10 (log)	1,087	8,580	5,000	5,039	0,803	5519
Média Investimento per capita 2013/14 (log)	1,937	8,527	5,314	5,297	0,745	5519
Média Custeio de Pessoal per capita 2001/02 (log)	2,833	10,779	5,733	5,699	0,448	5523
Média Custeio de Pessoal per capita 2005/06 (log)	3,943	8,258	6,052	6,005	0,416	5514
Média Custeio de Pessoal per capita 2009/10 (log)	4,968	8,473	6,628	6,571	0,364	5523
Média Custeio de Pessoal per capita 2013/14 (log)	5,599	8,731	7,113	7,059	0,359	5522
Média Gasto Social per capita 2001/02 (log)	3,976	10,935	5,984	5,935	0,426	5523
Média Gasto Social per capita 2005/06 (log)	4,444	8,903	6,481	6,438	0,395	5513
Média Gasto Social per capita 2009/10 (log)	5,664	8,822	7,006	6,962	0,338	5384
Média Gasto Social per capita 2013/14 (log)	4,940	9,290	7,461	7,415	0,348	5496
Média Receita Tributária per capita 2001/02 (log)	-4,897	7,046	3,035	3,032	1,017	5504

Média Receita Tributária per capita 2005/06 (log)	-0,062	7,384	3,790	3,729	0,846	5506
Média Receita Tributária per capita 2009/10 (log)	-0,235	7,960	4,329	4,290	0,870	5518
Média Receita Tributária per capita 2013/14 (log)	-4,211	8,918	4,051	4,014	1,033	5512

CONTROLES CONTÍNUOS

% pop áreas urbanas 2000	0,000	100	58,491	59,218	23,663	5565
% pop áreas urbanas 2005	4,423	100	61,159	61,747	22,619	5565
% pop áreas urbanas 2010	4,179	100	63,826	64,664	22,041	5565
População 2002 (log)	6,689	16,176	9,355	9,251	1,126	5560
População 2006 (log)	6,719	16,214	9,385	9,276	1,155	5564
População 2010 (log)	6,690	16,236	9,415	9,299	1,150	5565
População 2014 (log)	6,711	16,291	9,461	9,345	1,162	5570
Crescimento do PIB per capita 2001-2002	-68,93	668,208	4,010	2,070	17,308	5560
Crescimento do PIB per capita 2005-2006	-63,744	384,993	7,692	6,403	16,125	5564
Crescimento do PIB per capita 2009-2010	-51,933	448,862	10,015	8,669	17,009	5565
Crescimento do PIB per capita 2013-2014	-70,730	5.558,88	3,389	1,890	76,109	5570
PIB per capita 2002 (log)	6,775	11,966	8,288	8,311	0,722	5560
PIB per capita 2006 (log)	7,100	12,286	8,720	8,743	0,708	5564
PIB per capita 2010 (log)	7,728	12,600	9,177	9,191	0,696	5565
PIB per capita 2014 (log)	7,738	12,610	9,187	9,201	0,696	5565
Alcance PBE 2002	0,000	66,369	19,757	16,779	11,34	5560
Alcance PBF 2006	0,000	91,505	33,574	29,042	19,237	5565
Alcance PBF 2010	0,121	94,150	33,203	29,342	19,493	5565
Alcance PBF 2014	0,461	99,298	36,665	30,128	24,184	5563
% Votos PSDB 1998	7,455	90,183	59,676	61,843	14,555	5504
% Votos PT 1998	1,160	72,710	24,768	21,915	12,878	5504

Variáveis	1 - Sim	0 - Não	Observações
-----------	---------	---------	-------------

TRATAMENTO CATEGÓRICAS

Prefeito PT 2000	187	5.372	5559
Prefeito PSDB 2000	990	4.569	5559
Prefeito PT 2005	404	5.159	5563
Prefeito PSDB 2005	863	4.700	5563
Prefeito PT 2009	560	4.996	5556
Prefeito PSDB 2009	776	4.780	5556
Prefeito PT 2013	641	4.912	5553
Prefeito PSDB 2013	685	4.868	5553

CONTROLES CATEGÓRICAS

Dummies Regiões da Federação	dummies para cada uma das cinco regiões da federação
Dummies de Governador do PSDB 1998 - 2014	dummies para estados onde o PSDB elegeu governador
Dummies de Governador do PT 1998 - 2014	dummies para estados onde o PT elegeu governador

Fonte: elaboração própria.

5 RESULTADOS

Inicialmente, aplicamos modelos que não incluem as informações fiscais dos municípios, de modo a testar a primeira hipótese, que trata do efeito *coattail* reverso e comparar com resultados presentes na literatura, particularmente aqueles que utilizam métodos mais robustos para inferência causal. As Tabelas 4 e 5 mostram as estimativas da relação entre o percentual de votos obtidos pelo PT e PSDB nas eleições nacionais e o partido do prefeito. As estimativas das variáveis de controle são omitidas para facilitar a visualização, e os resultados podem ser visualizados no anexo. Nossos resultados são similares aos estudos já mencionados, que encontram em maior ou menor grau um efeito negativo das prefeituras do PT na votação para os candidatos à presidência do partido.

Tabela 4 – Modelos OLS do efeito *coattail* para o PT – 2002 a 2014

Variáveis	Variável dependente			
	% Voto PT 2002	% Voto PT 2006	% Voto PT 2010	% Voto PT 2014
Dummy Pref. PT	-2,561** (1,102)	-1,673*** (0,612)	-2,613*** (0,438)	-1,403*** (0,310)
Intercepto	27,410*** (3,184)	47,683*** (5,565)	28,213*** (4,805)	18,228*** (3,504)
Controles	SIM	SIM	SIM	SIM
N.	5229	5561	5554	5544
R ²	0,530	0,701	0,811	0,869
R ² Ajustado	0,529	0,7	0,811	0,868
RSE	8,272 (df = 5215)	9,774 (df = 5547)	6,880 (df = 5540)	6,708 (df = 5530)

Fonte: Elaboração própria.

Erro padronizado entre parênteses.

Notas: *, **, *** indicam $p < 0,1$; $p < 0,05$; $p < 0,001$.

No caso do PSDB, os resultados não indicam uma direção precisa. Enquanto em 2002, quando buscava permanecer na presidência, e em 2006 o partido obteve melhor desempenho eleitoral nos municípios liderados por co-partidários, cenário diferente ocorreu nas demais eleições, especialmente em 2014, quando o efeito é negativo - ainda que em menor proporção do que o PT. Resultados similares são encontrados por Barone (2014) e Feierherd (2019). Este considera que as diferenças nos resultados para os dois partidos pode estar relacionada com a combinação entre a força da sigla partidária e administração dos recursos públicos realizada pelo prefeito co-partidário.

Tabela 5 – Modelos OLS do efeito *coattail* para o PSDB – 2002 a 2014

Variáveis	Variável dependente			
	% Voto PSDB 2002	% Voto PSDB 2006	% Voto PSDB 2010	% Voto PSDB 2014
Dummy Pref. PSDB	1,373*** (0,490)	0,891** (0,444)	0,031 (0,279)	-0,976*** (0,291)
Intercepto	12,066*** (3,994)	27,288*** (4,236)	11,513*** (3,334)	25,420*** (2,649)
Controles	SIM	SIM	SIM	SIM
N.	5229	5,561	5554	5544
R ²	0,394	0,668	0,798	0,872
R ² Ajustado	0,393	0,667	0,797	0,872
RSE	10,225 (df = 5215)	9,824 (df = 5547)	6,328 (df = 5540)	6,209 (df = 5530)

Fonte: elaboração própria.

Erro padronizado entre parênteses.

Notas: *, **, *** indicam $p < 0,1$; $p < 0,05$; $p < 0,001$.

Diferente de Feierherd (2019), que utiliza uma variável exógena, qual seja: os valores arrecadados pelos municípios via transferências realizadas pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM), a estratégia aqui consiste em incluir variáveis que indicam a capacidade de arrecadação própria das prefeituras e a competência na aplicação dos recursos disponíveis. O propósito é avaliar em que medida a gestão municipal influencia nas eleições presidenciais, quando o candidato e o prefeito pertencem ao mesmo partido. Por isso, o emprego dessas informações, que captam as escolhas fiscais dos prefeitos, é essencial para compreender esse efeito. Antes de apresentarmos os resultados, convém mencionar nossas expectativas, ou seja, de que todos tenham sinal positivo. A variável de investimento está associada às obras públicas, como construção de escolas, pavimentação de ruas, ou seja, bens que são aparentes ao eleitor e que em pesquisas sobre reeleição municipal (MENEGUIN, 2005; CAVALCANTE, 2015; 2016) e sobre a relação entre eleições e crescimento econômico local (FERNANDES; FERNANDES, 2017) mostra ser um importante instrumento para adquirir votos. As despesas com gastos sociais, que incluem despesas vinculadas, como saúde e educação, além de discricionárias, como assistência e habitação, fazem parte de políticas às quais a população pode ser diretamente contemplada e, também, figuram nesses estudos sobre eleições municipais.

As duas outras medidas são mais controversas. A despesa de custeio de pessoal está relacionada com a manutenção da máquina administrativa, e seus

resultados costumam ter um efeito negativo na reeleição dos prefeitos. Alguns trabalhos explicam esta relação sob o argumento de que o eleitor pune aqueles que não cumprem com as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal e expandem o funcionalismo (MENEGUIN *et al.*, 2005; CAVALCANTE, 2015). Porém, neste estudo testa-se a proposição de Ames (1994) de que o prefeito pode utilizar a máquina pública em prol de seus co-partidários. Por fim, a receita tributária consiste em recursos advindos de impostos e taxas cobradas pelo próprio município, como IPTU e a taxa de coleta de lixo. Ainda que existam motivos para se esperar uma relação negativa, como também colocado inicialmente por Meneguín *et al.* (2005), os resultados desses mesmos autores demonstraram que a arrecadação de impostos aumenta a probabilidade de reeleição dos prefeitos. Ademais, esta medida é um indicativo de capacidade estatal, como demonstrado por Marengo *et al.* (2018) – especialmente relacionado ao IPTU²⁴.

Na Tabela 6 e 7 apresenta-se os resultados completos das regressões, nos quais é possível analisar a relação da interação dessas variáveis nos votos dos candidatos do PT e do PSDB, respectivamente. Também omite-se as estimativas das variáveis de controle para facilitar a visualização, assim como foi feito nas tabelas anteriores. Abaixo de cada uma delas incluiu-se os gráficos de todas as interações para ilustrar de maneira mais adequada os resultados e, a partir disso, a interpretação foi baseada. Isso foi feito porque, conforme recomendam Brambor *et al.* (2006), a tabela com os resultados pode transmitir pouca informação, segundo os autores “one cannot determine whether a model should include an interaction term simply by looking at the significance of the coefficient on the interaction term” (BRAMBOR *et al.*, 2006, p. 74)²⁵.

Os gráficos contam com duas retas, que representam o efeito da interação entre a variável de tratamento, ou seja, o partido do prefeito (PT/não-PT ou PSDB/não-PSDB) com as variáveis de Investimento, Gasto Social, Receita Tributária e Custeio

²⁴ Com o objetivo de analisar a relação entre burocracia profissionalizada e a arrecadação do IPTU, Marengo *et al.* (2018) demonstram que municípios com maior proporção de servidores estatutários com ensino superior apresentam maiores níveis de arrecadação, em que eles fazem diferença, especialmente, em “micro” e “pequenos” municípios. Além disso, mostram que esse imposto corresponde a uma proporção maior na arrecadação própria em municípios de grande porte e apontam que isso se deve a dois fatores: a menor participação das transferências do FPM nas suas receitas, levando esses municípios a buscar outras fontes de recurso; e a menor pressão que os gestores enfrentam em aumentar os tributos, dado que a relação de proximidade entre eles e os cidadãos seria menor quando comparado aos pequenos municípios.

²⁵ “não se pode determinar se um modelo deve incluir um termo de interação simplesmente observando a significância do coeficiente no termo de interação” (BRAMBOR *et al.*, 2005, p. 74, tradução nossa).

de Pessoal. No eixo Y estão dispostos os valores preditos do percentual de votos do candidato à presidência de cada partido nas quatro disputas eleitorais, e no eixo x as variáveis moderadoras, que representam as variáveis fiscais dos municípios em log. Além disso, nos gráficos também estão contidos histogramas, que auxiliam a comparar a distribuição das observações para cada partido em relação às variáveis fiscais.

Tabela 6 – Modelos interativos entre prefeituras do PT e variáveis fiscais – 2002 a 2014

Variáveis	Variável dependente			
	% Voto PT 2002	% Voto PT 2006	% Voto PT 2010	% Voto PT 2014
Dummy Pref. PT	-29,723*** (11,344)	4,231 (9,224)	-9,501 (6,646)	4,302 (6,961)
Investimento	-0,791* (0,475)	1,162*** (0,327)	0,561** (0,247)	-0,252 (0,221)
Gasto Social	1,580* (0,951)	2,853** (1,221)	1,718** (0,800)	-1,764* (0,907)
Rec. Tributária	0,248 (0,331)	-1,748*** (0,459)	0,337 (0,255)	-0,237 (0,165)
Custeio de Pessoal	-4,156*** (1,380)	-0,158 (1,407)	-4,909*** (0,909)	1,295 (0,811)
Dummy Pref PT* Investimento	1,243 (1,312)	1,516 (1,038)	0,285 (0,507)	1,529*** (0,436)
Dummy Pref PT* Gasto Social	6,169 (4,465)	-8,255*** (3,095)	1,680 (1,787)	-4,592*** (1,595)
Dummy Pref PT*Rec. Tributária	-3,410** (1,429)	2,158*** (0,711)	0,489 (0,516)	1,063*** (0,276)
Dummy Pref PT* Custeio de Pessoal	-0,458 (4,736)	5,310* (2,992)	-1,263 (1,650)	2,257* (1,285)
Intercepto	42,519*** (9,222)	26,656*** (8,990)	43,596*** (5,995)	22,617*** (5,021)
Controles	SIM	SIM	SIM	SIM
N.	5183	5500	5368	5464
R ²	0,544	0,706	0,816	0,870
R ² Ajustado	0,543	0,705	0,815	0,869
RSE	8,146 (df = 5161)	9,685 (df = 5478)	6,805 (df = 5346)	6,681 (df = 5442)

Fonte: elaboração própria.

Erro padronizado entre parênteses.

Notas: *, **, *** indicam $p < 0,1$; $p < 0,05$; $p < 0,001$.

O Gráfico 4 apresenta o comportamento das interações para as eleições de 2002, ano em que o PT pela quarta vez buscava a conquista da presidência. Não há

efeitos significativos nas interações entre prefeitos do PT e investimento, gasto social e custeio de pessoal, assim como segue a Tabela 6. Embora haja uma inclinação das retas, que diferenciam os efeitos das variáveis de investimento e gasto social para municípios que são do PT, os intervalos de confiança estão sobrepostos na reta que representa a interação para outros partidos. A receita tributária apresenta resultado significativo e, devido à inclinação da reta ser decrescente, indica um efeito negativo, sobretudo quando o log da receita tributária assume valor maior do que 4. Isso significa que a votação do candidato à presidência do PT diminui à medida em que a carga da receita tributária aumenta nos municípios governados por co-partidários, mas somente quando o log da receita é maior do que 4, o que corresponde a aproximadamente 34% das prefeituras do partido.

Relativo às eleições de 2006, quando o PT é o partido incumbente e busca a reeleição, é possível observar no Gráfico 5 que todas as interações entre o partido do prefeito e as variáveis fiscais apresentam inclinação nas retas que diferem os municípios que são ou não administrados pelo PT. Embora na Tabela 6 a interação com a variável de investimento não seja significativa, há uma pequena margem em que os intervalos de confiança das duas retas não encostam um no outro. Isso indica que, quando o log da despesa de investimento assume valores entre 3,5 a 4 nos municípios do PT, o aumento desse gasto corresponde a um aumento na votação do candidato à presidência em 19% das prefeituras do partido. Característica similar é observada na interação com custeio de pessoal, em 42% dos municípios do PT, que têm despesa de custeio entre 5,5 a 6, há um efeito positivo e significativo nos votos para presidente. O candidato à presidência do PT também é beneficiado em, aproximadamente, 32% dos municípios do partido, que têm o valor do log da receita tributária inferior a 3. Além disso, podemos observar que há uma mudança no sinal, quando comparado às eleições de 2002. Na disputa de 2006, o percentual de votos do candidato à presidência aumenta à medida em que o log da receita tributária também aumenta, mas é significativo somente quando o log da receita é menor do que 3. E, conforme o oposto das nossas expectativas, o aumento de gasto social nas prefeituras do PT diminui a votação do candidato à presidência do partido. Esse resultado, no entanto, deve ser minimizado, pois ocorre somente nos municípios onde os valores são superiores a 7, ou seja, menos de 10% das prefeituras do partido.

Conforme exposto no Gráfico 6 e também na tabela, as interações entre prefeito do PT e variáveis fiscais não apresentam efeito significativo nas votação da candidata

do partido em 2010. As retas em todos os casos são paralelas, não há inclinação que apresente diferença no comportamento de municípios que pertencem ao PT e aqueles não pertencem.

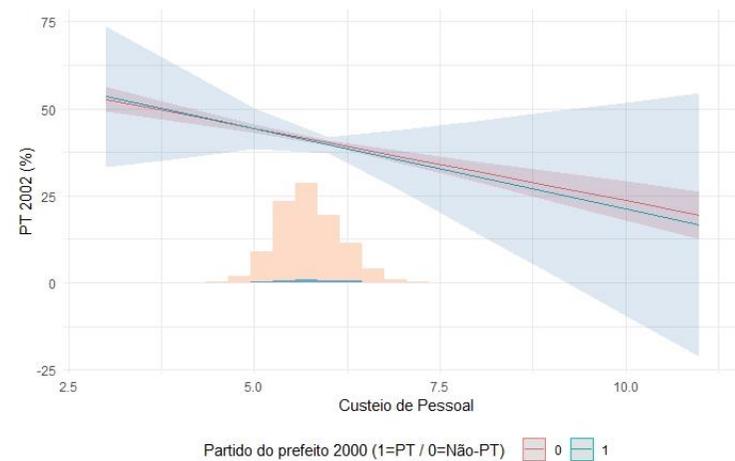
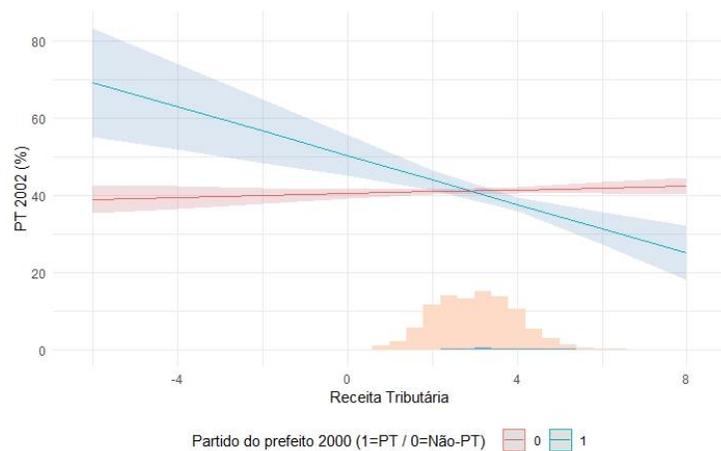
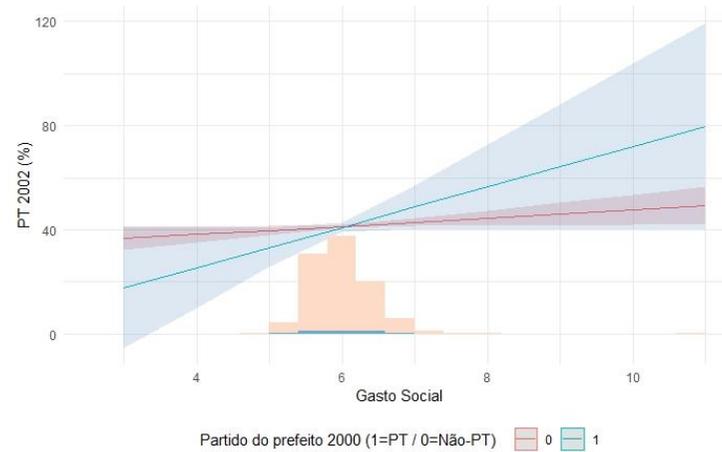
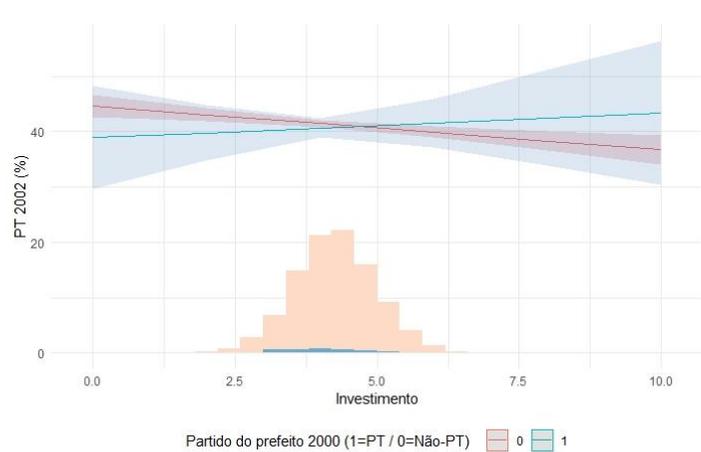
Por fim, nas eleições de 2014 todas as estimativas apresentam resultado significativo, apesar de que nem todas cumprem com as nossas expectativas, como é o caso da interação com gasto social. Os resultados dessa interação apresentam características similares com as eleições de 2006, qual seja: o candidato à presidência do PT é punido nos municípios governados por co-partidários quando o log dessa despesa é maior do que 7,5, equivalente a 32% das prefeituras do partido. As despesas de investimento com valor até 5 potencializam a votação do candidato do PT em 38% municípios governados por co-partidários. Assim como nas eleições de 2006, à medida que o log da receita tributária per capita aumenta o percentual de voto do candidato do PT também aumenta, mas é significativo apenas nos casos onde a receita assume valor até 4,5, aproximadamente em 65% das prefeituras do partido. E o aumento na despesa de custeio de pessoal nos municípios do PT tem um efeito positivo na votação no candidato à presidência do partido, quando assumem valores entre 6,5 a 7, o que correspondente a 49% deles.

Em suma, o comportamento da interação de prefeituras do PT com a variável de investimento apresentou, ao longo de todas as disputas, um efeito positivo, apesar de ser significativo apenas nas eleições de 2006 e 2014. Esses resultados convergem com as nossas expectativas e com o que a literatura retrata, de que a oferta de bens públicos, principalmente despesas que estão relacionadas à construção de equipamentos que são perceptíveis aos eleitores, podem beneficiar em maior ou menor grau os políticos nas eleições, seja para as disputas municipais, seja nacional. Com a receita tributária, há uma inversão no sinal no ao longo das eleições: o efeito era negativo no ano de 2002 e passa a ser positivo a partir de 2006. Contudo, isso não implica, necessariamente, que são nas prefeituras do PT com maior capacidade estatal e de arrecadação que o candidato à presidência tem melhor desempenho eleitoral. Isso porque, com exceção das eleições de 2002, o efeito só é significativo para municípios com receita menor do que a média. O mesmo vale para a interação com o custeio de pessoal — apesar de ter apresentado efeito positivo e significativo nas eleições de 2006 e 2014 — ele é válido para custeio igual ou menor que a média.

Além disso, constatou-se que o candidato à presidência do PT tem um desempenho eleitoral pior nas prefeituras que são administradas por co-partidários,

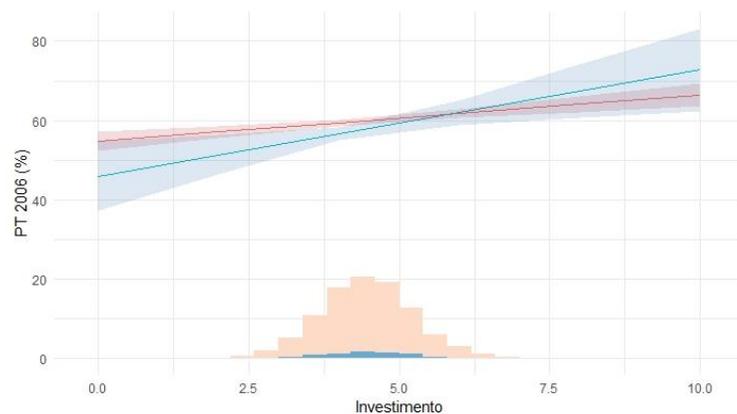
mas a punição diminui à medida em que aumenta a arrecadação própria, o gasto com investimento e com máquina pública nesses municípios. Por fim, indo contra as expectativas, os gastos sociais apresentaram sinal negativo e significativo nas disputas de 2006 e 2014 e a magnitude do efeito é superior às demais interações, principalmente no ano de 2006. Esse resultado é contraditório, porque o PT, sendo um partido de esquerda, tem entre suas principais pautas a preocupação em expandir gastos sociais e são nesses municípios com maior gasto que tendem a punir o partido.

Gráfico 4 – Efeito Marginal das variáveis fiscais nos municípios governados pelo PT no % de votos do candidato à presidência do partido (2002)

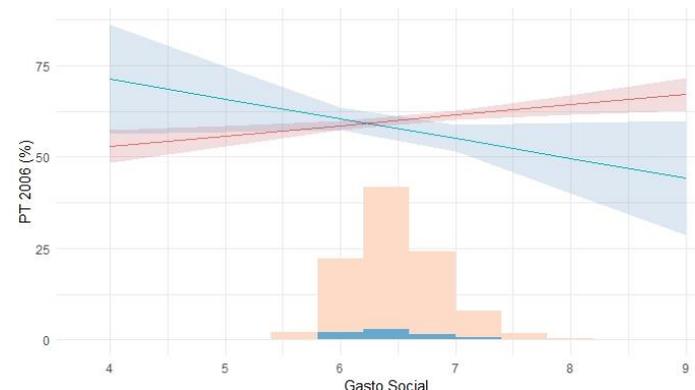


Fonte: elaboração própria.

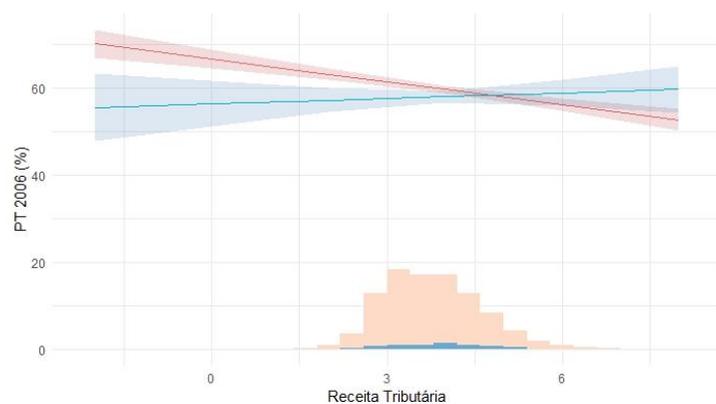
Gráfico 5 – Efeito Marginal das variáveis fiscais nos municípios governados pelo PT no % de votos do candidato à presidência do partido (2006)



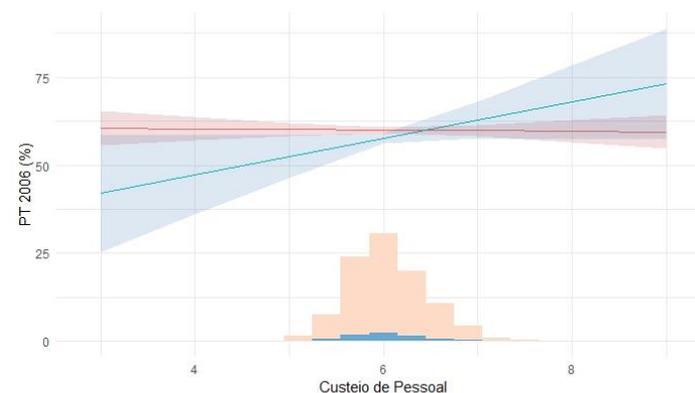
Partido do prefeito 2005 (1=PT / 0=Não-PT) 0 1



Partido do prefeito 2005 (1=PT / 0=Não-PT) 0 1



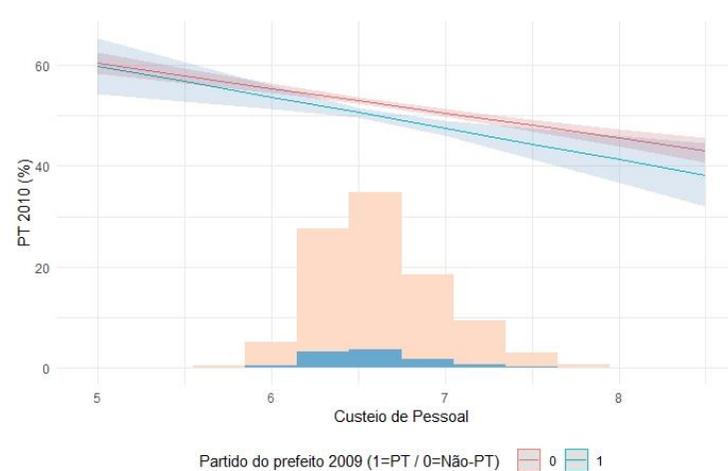
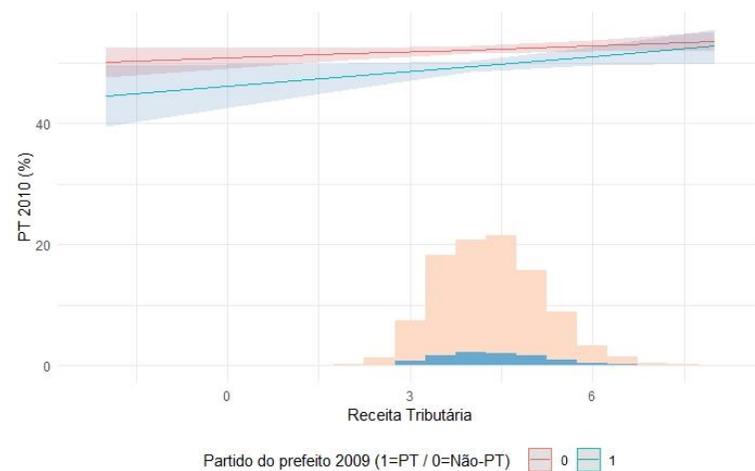
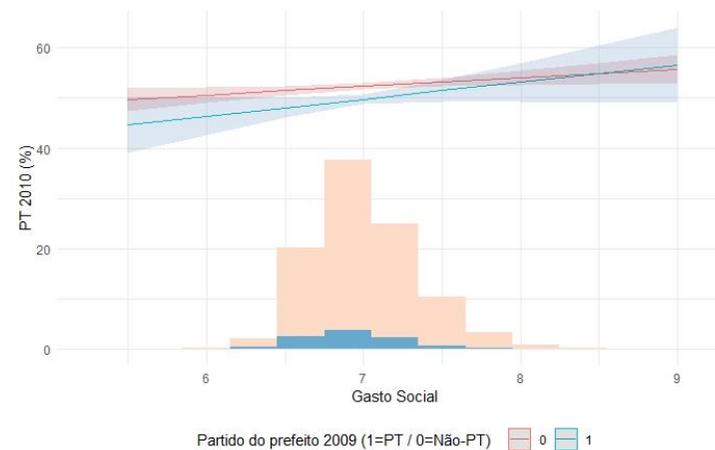
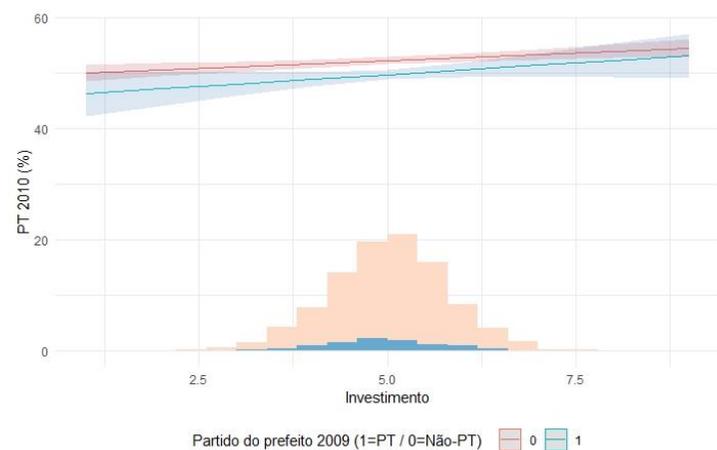
Partido do prefeito 2005 (1=PT / 0=Não-PT) 0 1



Partido do prefeito 2005 (1=PT / 0=Não-PT) 0 1

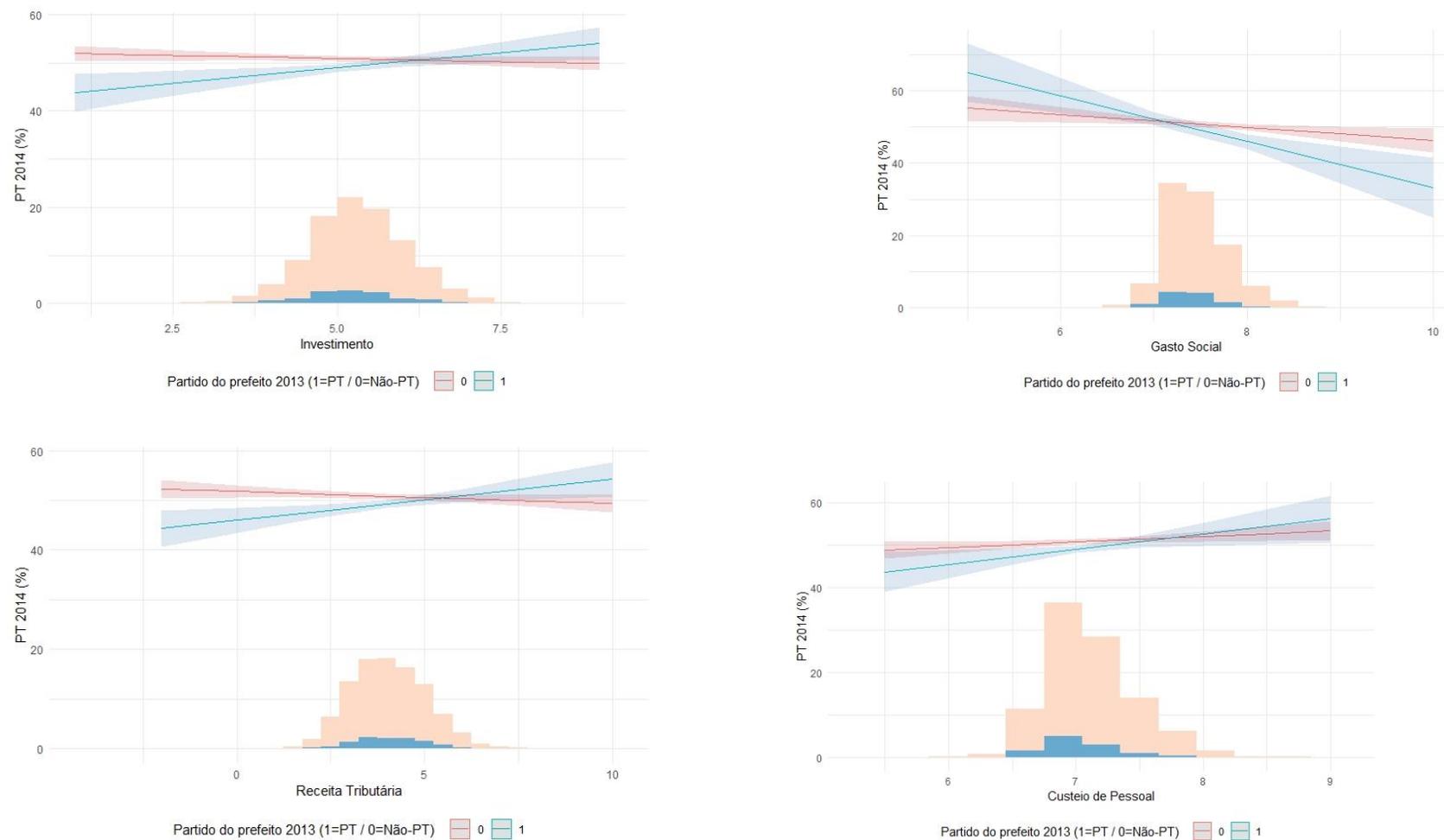
Fonte: elaboração própria.

Gráfico 6 – Efeito Marginal das variáveis fiscais nos municípios governados pelo PT no % de votos do candidato à presidência do partido (2010)



Fonte: elaboração própria.

Gráfico 7 – Efeito Marginal das variáveis fiscais nos municípios governados pelo PT no % de votos do candidato à presidência do partido (2014)



Fonte: elaboração própria.

Tabela 7 – Modelos interativos entre prefeituras do PSDB e variáveis fiscais – 2002 a 2014

Variáveis	Variável dependente			
	% Voto PSDB 2002	% Voto PSDB 2006	% Voto PSDB 2010	% Voto PSDB 2014
Dummy Pref. PSDB	-7,005 (5,309)	9,211 (7,103)	-3,170 (5,826)	-13,169** (5,817)
Investimento	-1,534*** (0,498)	-0,779** (0,317)	-0,358* (0,201)	0,178 (0,198)
Gasto Social	1,656 (1,464)	-2,73 (1,456)	-1,454* (0,794)	2,897*** (0,741)
Rec. Tributária	1,159** (0,473)	1,552*** (0,466)	-1,676*** (0,248)	0,166 (0,147)
Custeio de Pessoal	-2,100 (1,398)	-0,323 (1,513)	3,790*** (0,758)	-4,783*** (0,591)
Dummy Pref PSDB* Investimento	0,176 (0,719)	0,742 (0,682)	0,521 (0,472)	0,278 (0,458)
Dummy Pref PSDB* Gasto Social	10,785*** (2,401)	5,594** (2,516)	0,394 (1,818)	-4,187** (1,738)
Dummy Pref PSDB* Rec. Tributária	-0,051 (0,522)	1,139** (0,518)	-0,170 (0,328)	0,217 (0,291)
Dummy Pref PSDB* Custeio Pessoal	-9,942*** (2,139)	-8,665*** (2,142)	-0,214 (1,410)	5,769*** (1,530)
Intercepto	23,427*** (7,317)	50,528*** (6,882)	-2,851 (5,094)	35,615*** (4,316)
Controles	SIM	SIM	SIM	SIM
N.	5183	5500	5368	5464
R ²	0,403	0,673	0,803	0,874
R ² Ajustado	0,401	0,672	0,802	0,873
RSE	10,139 (df = 5161)	9,741 (df = 5748)	6,250 (df = 5346)	6,172 (df = 5542)

Fonte: elaboração própria.

Erro padronizado entre parênteses.

Notas: *, **, *** indicam $p < 0,1$; $p < 0,05$; $p < 0,001$.

Conforme interpretação dos gráficos, os resultados dos testes para o PSDB nas eleições de 2002 — ano que o partido busca permanecer na presidência —, apontam para o efeito significativo somente nas interações das prefeituras do PSDB com as variáveis de gasto social e custeio de pessoal. A interação com o log do gasto social exhibe efeito positivo, ou seja, o aumento com essa despesa corresponde a um aumento na votação do candidato à presidência do partido, porém, somente quando os gastos assumem valor maior do que 6, equivalente à 49% das prefeituras administradas pelo partido. Com custeio de pessoal, o efeito é negativo e significativo em 26% dos municípios do PSDB que tem custeio maior do que 6, com sinal oposto

ao das nossas expectativas. No caso das interações com investimento e receita tributária, as retas que representam as prefeituras do PSDB e não-PSDB são paralelas, com inclinações similares e intervalos de confiança sobrepostos.

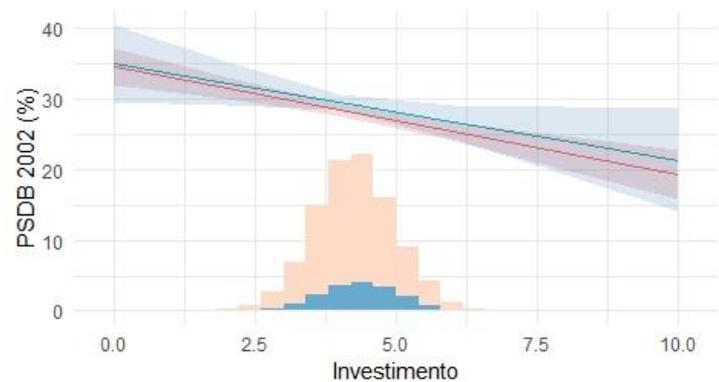
Referente às eleições de 2006, os resultados na Tabela 7, com exceção da interação com as despesas de investimento, apresentam efeito significativo. No entanto, a partir de uma análise do Gráfico 8, as evidências são outras: em todos os casos as retas apresentam inclinações diferentes, mas somente na interação com de custeio de pessoal, os intervalos de confiança não estão sobrepostos e com efeito oposto ao esperado. Isso significa que o percentual de votos no candidato à presidência do PSDB diminui à medida em que aumenta o log da despesa com custeio de pessoal, quando esses gastos são acima de 6, correspondente a 48% dos municípios governados pelo partido. Nas outras interações não é possível inferir sobre os efeitos, visto que não há diferença estatística entre elas. Uma possível explicação do porquê os resultados da tabela e do gráfico diferem deve-se à inversão da variável moderadora no eixo x (Berry *et al.*, 2012), como é possível ver nos anexos. A alteração da posição das variáveis fiscais com a do partido do prefeito são indícios da significância das interações com receita tributária e gasto social, conforme consta na Tabela 7.

As interações entre prefeito do PSDB e variáveis fiscais não apresentam nenhum efeito estatisticamente significativo nas eleições de 2010, assim como foi observado para o PT no mesmo ano. Em praticamente todos os casos, as retas estão sobrepostas — menos para a interação com investimento, mas, ainda assim, os intervalos de confiança para as prefeituras do PSDB e não-PSDB se encostam ao longo de toda a reta, conforme exposto no Gráfico 10.

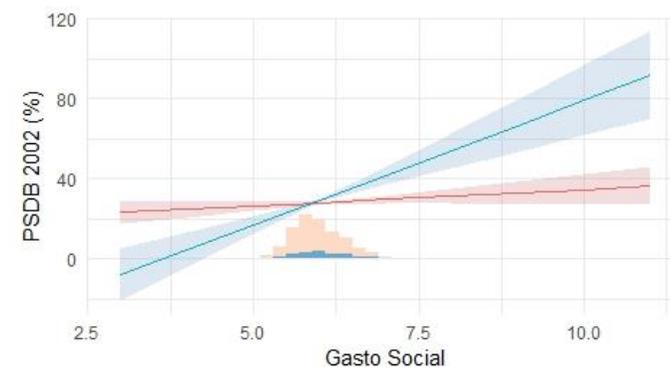
No Gráfico 11, as interações com gasto social e custeio de pessoal apresentam resultados significativos, mas com mudança de sinal quando comparado às eleições anteriores. A reta que caracteriza as prefeituras do PSDB tem inclinação decrescente, indicando que o candidato a presidência do partido é punido quando o log do gasto social é maior do que 8, ou seja, em menos de 10% das prefeituras do partido. O oposto vale para a interação com custeio de pessoal, que potencializa a votação para o candidato do PSDB, em 16,50% dos municípios que têm o log dessa despesa maior do que 7,5. Nos outros casos, para investimento e receita tributária, as retas têm inclinações similares, sem efeito significativo, uma vez que os intervalos de confiança estão praticamente sobrepostos.

Com exceção dos resultados referentes às eleições de 2010, há efeitos significativos em todos os anos em pelo menos uma interação entre as prefeituras do PSDB com as variáveis fiscais. Nas eleições de 2002 e 2006, as interações com custeio de pessoal apresentam efeito negativo, sinal oposto ao esperado, e com resultados significativos para municípios governados pelo PSDB com custeio maior do que a média municipal. Porém, em 2014 há uma inversão do sinal e o efeito passa a ser positivo em prefeituras com a despesa de custeio de pessoal maior do que a média. Durante os anos em que disputou e ocupou a presidência, o programa de partido do PSDB esteve relacionado com temas como a reforma do Estado, a privatização das empresas e a redução dos gastos públicos. Havia um compromisso do partido com o controle das contas públicas, por isso, faz sentido que ele tenha sido punido nas prefeituras com grande despesa em custeio de pessoal, e que a máquina pública não tenha sido capaz de gerar retornos eleitorais ao partido entre os anos de 2002 e 2006. Sendo assim, a inversão do sinal em 2014 é um resultado contraditório, porque ao mesmo tempo em que cumpre com nossas expectativas iniciais — de potencializar o voto do candidato à presidência — também vai contra os ideais da sigla. Ademais, as interações com gasto social também apresentaram uma mudança no sinal: em 2002, o efeito era positivo e em 2014 passa a ser negativo. Despesas robustas com a área social nos municípios deveriam beneficiar eleitoralmente ambos os partidos, mesmo aqueles com uma plataforma de viés liberal, como é o caso do PSDB, portanto, a mudança no efeito dessa interação também representa resultado incompatível com o esperado, principalmente porque a punição ocorre nos municípios em que os gastos são maiores do que a média. No caso das outras variáveis fiscais — investimento e receita tributária —, não foram observados efeitos significativos.

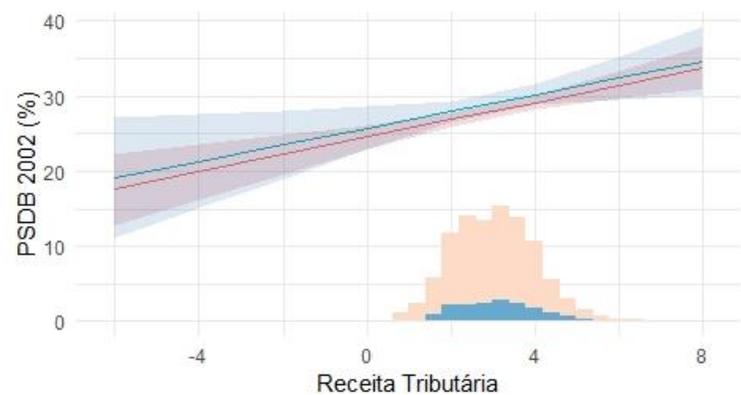
Gráfico 8 – Efeito Marginal das variáveis fiscais nos municípios governados pelo PSDB no % de votos do candidato à presidência do partido (2002)



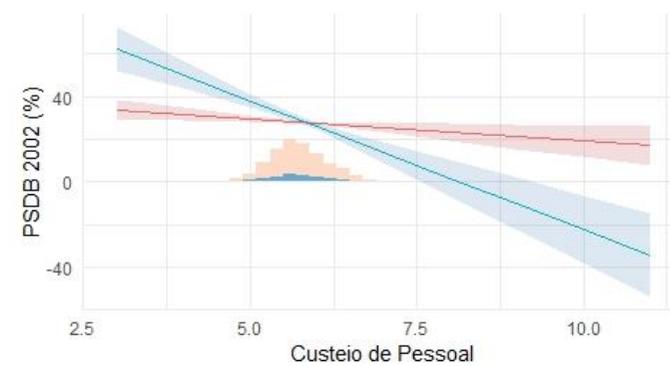
Partido do prefeito 2000 (1=PSDB / 0=Não-PSDB) 0 1



Partido do prefeito 2000 (1=PSDB / 0=Não-PSDB) 0 1



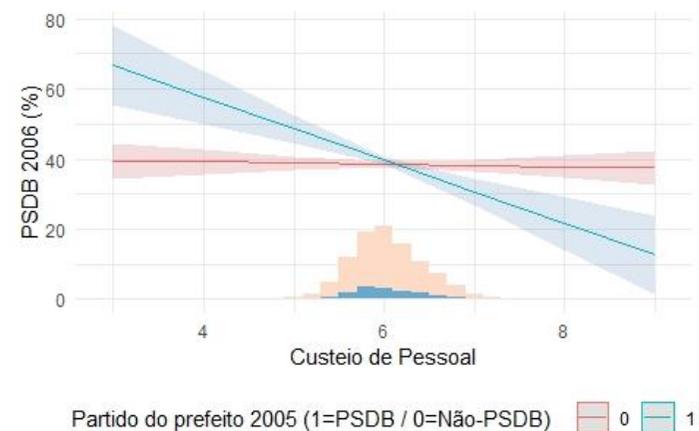
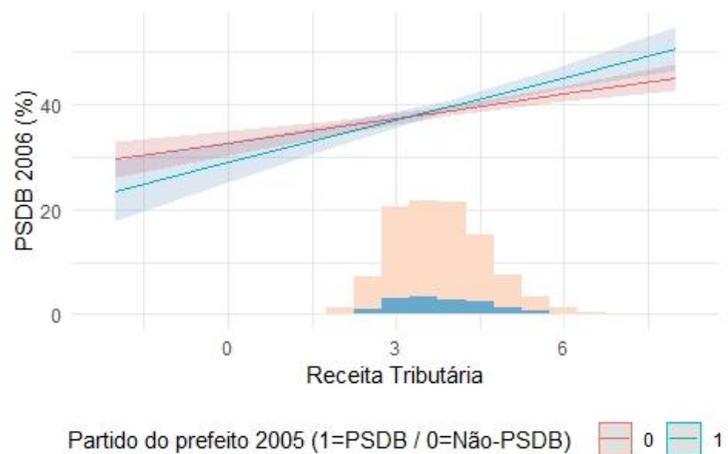
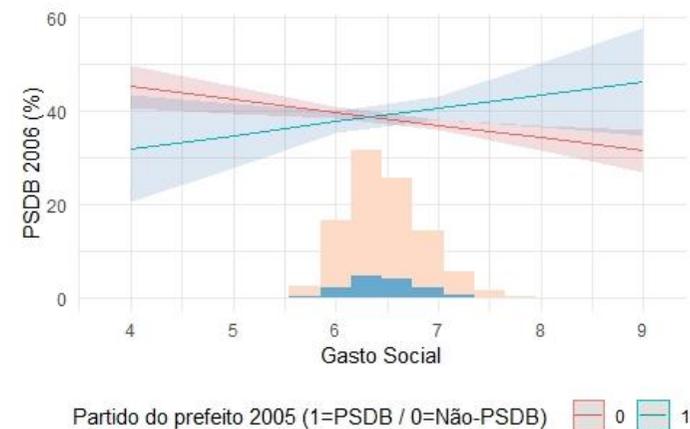
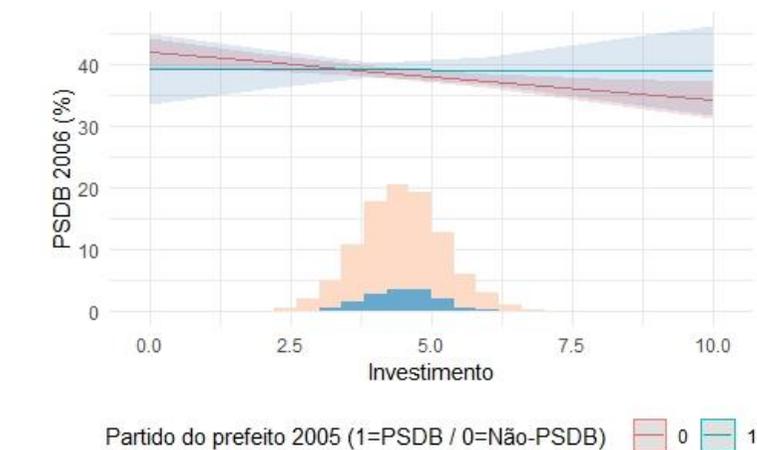
Partido do prefeito 2000 (1=PSDB / 0=Não-PSDB) 0 1



Partido do prefeito 2000 (1=PSDB / 0=Não-PSDB) 0 1

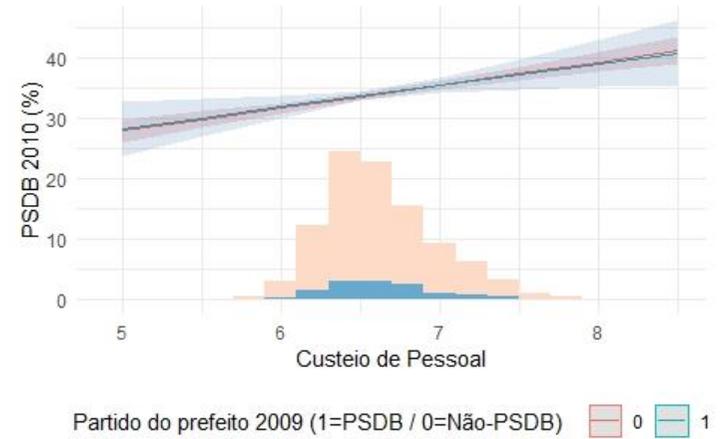
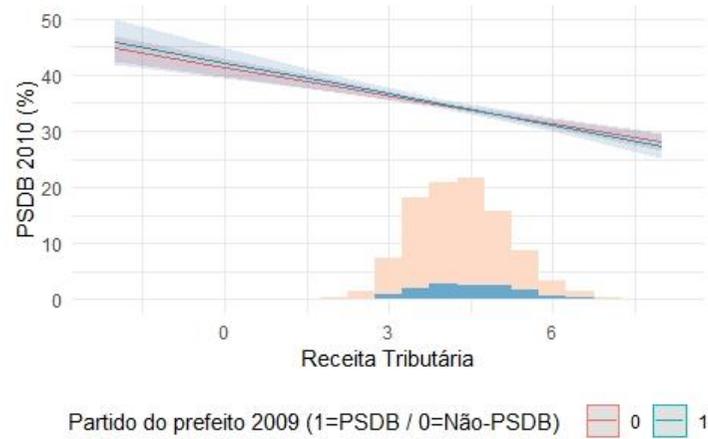
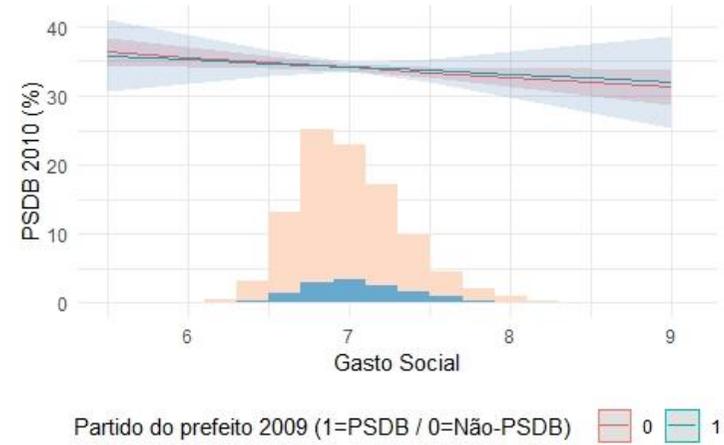
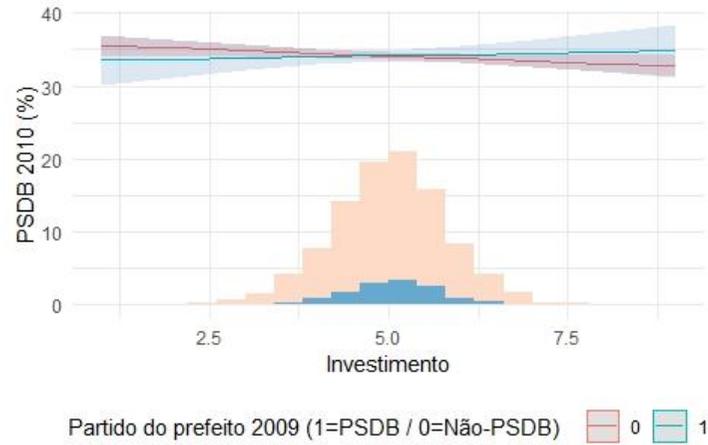
Fonte: elaboração própria.

Gráfico 9 – Efeito Marginal das variáveis fiscais nos municípios governados pelo PSDB no % de votos do candidato à presidência do partido (2006)



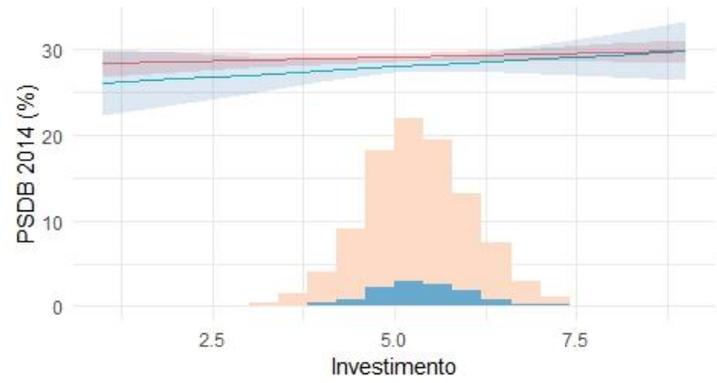
Fonte: elaboração própria

Gráfico 10 – Efeito Marginal das variáveis fiscais nos municípios governados pelo PSDB no % de votos do candidato à presidência do partido (2010)

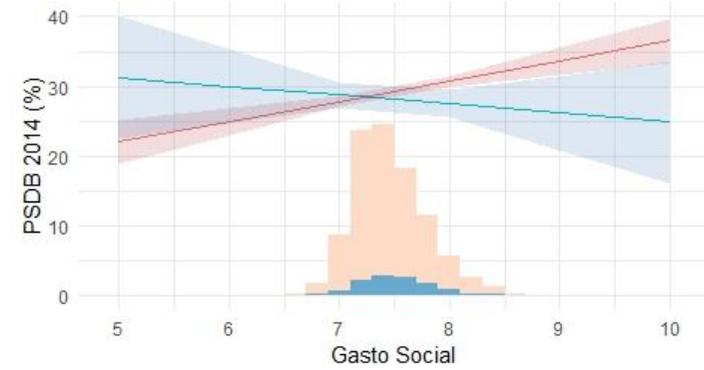


Fonte: elaboração própria.

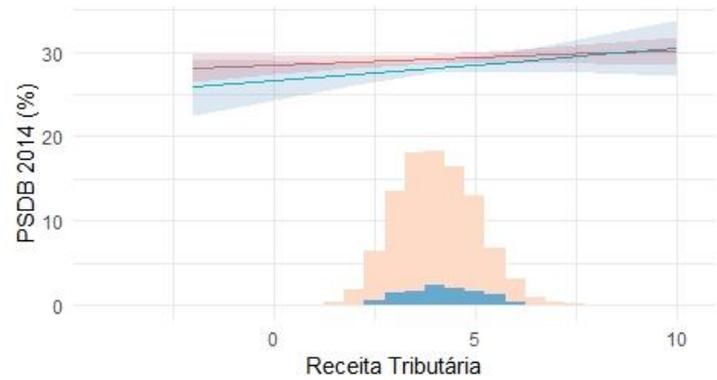
Gráfico 11 – Efeito Marginal das variáveis fiscais nos municípios governados pelo PSDB no % de votos do candidato à presidência do partido (2014)



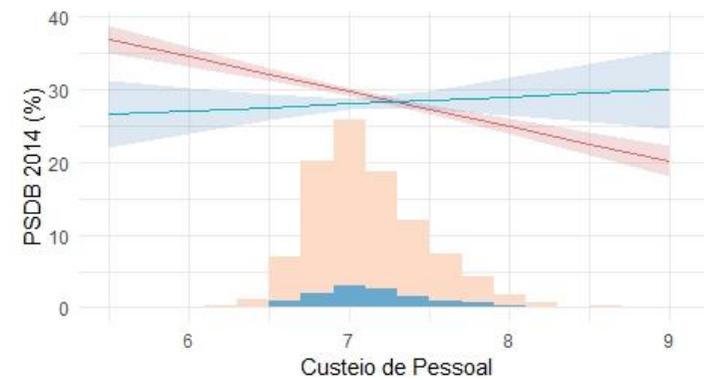
Partido do prefeito 2013 (1=PSDB / 0=Não-PSDB) 0 1



Partido do prefeito 2013 (1=PSDB / 0=Não-PSDB) 0 1



Partido do prefeito 2013 (1=PSDB / 0=Não-PSDB) 0 1



Partido do prefeito 2013 (1=PSDB / 0=Não-PSDB) 0 1

Fonte: elaboração própria.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisou-se a gestão municipal como um dos meios de influenciar as eleições presidenciais para poder responder às perguntas que movem esta pesquisa: em que medida os prefeitos transferem votos para seus co-partidários candidatos à presidência? O potencial de transferência é afetado por suas escolhas fiscais e de gestão? Teve-se como hipótese que o efeito *coattail* reverso está condicionado à gestão do incumbente municipal. Argumentou-se que os eleitores podem adotar um esquema de avaliação conjunta do partido em diferentes níveis, devido à relevância das siglas partidárias do PT e PSDB no contexto nacional, que disputaram durante vinte anos as eleições presidenciais, e também à correlação de interesses dos co-partidários, que querem se (re) eleger e, além disso, também querem que seus correligionários também estejam no poder.

O título, inclusive, tenta captar o argumento utilizado. A primeira parte, um trocadilho com uma música do Nirvana, faz associação com os interesses correlacionados dos co-partidários — eles atuam como um time, com o objetivo de garantir vantagens ao partido tanto em nível municipal, já que as prefeituras alinhadas podem receber proporcionalmente mais recursos, quanto federal, uma vez que os prefeitos podem atuar como cabos eleitorais em eleições nacionais, conforme apontam Ames (1994) e Brollo e Nannici (2012). A segunda parte do título representa o esquema de avaliação conjunta utilizando a abordagem do voto retrospectivo para realizar este trabalho.

Os dados coletados abrangem informações sobre os resultados das eleições nacionais e municipais, informações sobre despesas de investimento, gasto social e custeio de pessoal e receita tributária própria dos municípios brasileiros, em um período de catorze anos (2000 a 2014). Adotou-se o método de regressão linear multivariado e, em virtude da hipótese condicional, incluiu-se termos interativos com efeitos multiplicativos no modelo. Os resultados obtidos sugerem que a gestão municipal é um elemento importante para entender o desempenho eleitoral dos candidatos à presidência em municípios governados por co-partidários. Encontrou-se efeitos significativos não só para o PT, como postulado por Feierherd (2019), mas também para o PSDB.

Em relação ao PT, mostrou-se que o percentual de votos previstos nas eleições de 2006 e 2014 aos candidatos à presidência do partido aumenta à medida

em que aumentam as despesas com investimento e com custeio de pessoal nos municípios governados por co-partidários. Os candidatos também são beneficiados eleitoralmente conforme aumenta a tributação, porém, isso não indica que essas prefeituras têm maior capacidade de arrecadação ou capacidade estatal, uma vez que os resultados são significativos para aquelas que tributam abaixo da média. Indicou-se, ainda, que os candidatos do PT são punidos em municípios onde os gastos sociais são mais robustos — resultado incompatível com nossas expectativas, tendo em vista que os ideais do partido são orientados para a expansão de gastos com políticas sociais (ROMA, 2006; BEZERRA, 2014).

Esse mesmo fenômeno também é observado para os candidatos do PSDB, mas somente nas eleições de 2014. Em 2002, o percentual de votos preditos para a sigla nas eleições presidenciais é maior conforme as despesas com gasto social aumentam em municípios administrados por co-partidários. Ainda que o PSDB tenha uma plataforma política diferente do PT, grandes somas para esse tipo de gasto deveriam ser revertidas em mais votos para ambos os partidos em qualquer período eleitoral. Os resultados da interação com custeio de pessoal também são um tanto contraditórios na votação do PSDB. Enquanto esteve no poder, uma das principais pautas foi o controle dos gastos públicos, portanto, faz sentido que o partido tenha sido punido em 2002 e 2006 em municípios que apresentaram despesas de custeio maior do que a média. Porém, nas eleições de 2014 o partido é mais bem votado nas cidades que possuem essa mesma característica. As interações realizadas com as variáveis de investimento e receita tributária não apresentaram efeitos significativos na votação dos candidatos do PSDB em nenhuma dos pleitos analisados.

Nossa principal contribuição para os estudos sobre o efeito *coattail* reverso foi de demonstrar a importância de incluir medidas que indicam como os municípios são administrados para avaliar o efeito *coattail* reverso. Para isso, o modo mais adequado é utilizar informações que captam as escolhas fiscais dos prefeitos, mesmo que limitadas por legislação nacional. Mais do que isso, esta dissertação mostra que o desempenho no nível local pode tanto aumentar quanto diminuir a votação presidencial, e que esses efeitos ocorrem não apenas com o PT, um partido amplamente reconhecido pela força da sigla partidária, mas também para o PSDB, indicando que os eleitores podem empreender uma avaliação multinível mesmo em partidos sem uma marca partidária forte.

É importante ressaltar que, por conta do uso de dados observacionais e do método aplicado, não é possível estabelecer, estritamente, uma relação causal entre a votação dos candidatos à presidência e o partido dos prefeitos condicionado à gestão fiscal. Além disso, foi necessário adaptar a abordagens que tratam sobre o efeito *coattail* reverso aliado voto retrospectivo. Geralmente, as pesquisas para outros países são voltadas para eleições simultâneas, com emprego de dados em nível agregado e individual. Nossos dados, no entanto, abrangem somente o nível agregado, não nos permitindo fazer qualquer afirmação a respeito do processo de decisão adotado pelos eleitores individualmente, e são vulneráveis a mudanças no eleitorado, dado que as disputas para presidente e prefeito no Brasil ocorrem em períodos distintos. Além disso, dado a defasagem da informação pública, nossos dados podem conter informações incorretas sobre os partidos aos quais os prefeitos pertenciam no momento do pleito presidencial.

Por fim, este estudo abre novos caminhos de pesquisa. Pretende-se, futuramente, empregar métodos alternativos de análise, como a regressão com dados em painel, uma vez que permite, por exemplo, controlar a heterogeneidade dos municípios ao longo dos catorze anos de disputas (GUJARATI; PORTER, 2011). Ademais, intenciona-se analisar não apenas o efeito *coattail* reverso, mas avaliar conjuntamente o efeito *coattail*, em direção do presidente ao prefeito, para entender se os políticos em ambos os níveis podem ser punidos ou beneficiados pelo modo como os co-partidários governam. É possível, também, buscar outras maneiras de mensurar a gestão municipal, com emprego de variáveis alternativas. Do ponto de vista teórico, os resultados encontrados nesta dissertação chamam a atenção para a importância de se compreender como elementos específicos da gestão municipal podem influenciar a votação dos partidos ao nível nacional, e por que e como esses efeitos variam pelas legendas partidárias.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Jorge Antonio. Transformation or Substitution? The Workers' Party and the Right in Northeast Brazil. **Journal Of Politics In Latin America**, v. 10, n. 1, p. 99-132, 2018. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1866802X1801000104>. Acesso em: 20 nov. 2021.
- AMARAL, Oswaldo E. do; POWER, Timothy J. The PT at 35: revisiting scholarly interpretations of the brazilian workers' party. **Journal Of Latin American Studies**, v. 48, n. 1, p. 147-171, 2015. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-latin-american-studies/article/pt-at-35-revisiting-scholarly-interpretations-of-the-brazilian-workers-party/CD001665B447188C2EDD440D64267275>. Acesso em: 23 nov. 2021.
- AMES, Barry. The Reverse Coattails Effect: Local Party Organization in the 1989 Brazilian Presidential Election. **American Political Science Review**, v. 88, n. 1, p. 95-111, 1994.
- AMES, Barry. **Os Entraves da Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- AVELINO, George; BIDERMAN, Ciro; BARONE, Leonardo S. Articulações intrapartidárias e desempenho eleitoral no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 4, p. 987-1013, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152582012000400005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 4 nov. 2020.
- BAIÃO, Alexandre Lima; COUTO, Cláudio Gonçalves. **A eficácia do pork barrel: a importância de emendas orçamentárias e prefeitos aliados na eleição de deputados**. Opin. Pública, Campinas, v. 23, n. 3, p. 714-753, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010462762017000300714&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 jan. 2021.
- BARONE, L. S. **Eleições, partidos e política orçamentária no Brasil: explorando os Efeitos das eleições locais na política nacional**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas – Escola de Administração de Empresas, 2014. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/11683>. Acesso em: 17 nov. 2020.
- BARRO, Robert. The control of politicians: an economic model. **Public Choice**, v. 14, n. 1, p. 19-42, 1973. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/BF01718440>. Acesso em: 11 fev. 2021.
- BERRY, William D. *et al.* Improving Tests of Theories Positing Interaction. **The Journal Of Politics**, v. 74, n. 3, p. 653-671, 2012. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1017/S0022381612000199>. Acesso em: 15 jan. 2022.
- BEZERRA, Carla de P. **Do poder popular ao modo petista de governar: mudanças no significado da participação para o Partido dos Trabalhadores**. Orientador: Adrian Gurza, 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) -

Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-06102014-105726/pt-br.php>. Acesso em: 20 jul. 2021.

BORGES, André. Eleições presidenciais, federalismo e política social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 81, p. 117-136, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/4RDGTvSP5bXRmmR8LrDnt4w/abstract/?lang=p>. Acesso em: 15 jul. 2021.

BORGES, André; LLOYD, Ryan. Presidential coattails and electoral coordination in multilevel elections: comparative lessons from brazil. **Electoral Studies**, v. 43, p. 104-114, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/304106858_Presidential_coattails_and_electoral_coordination_in_multilevel_elections_Comparative_lessons_from_Brazil. Acesso em: 17 ago. 2021.

BORGES, André; TURGEON, Mathieu. Presidential coattails in coalitional presidentialism. **Party Politics**, v. 25, n. 2, p. 192-202, 2017. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1354068817702283>. Acesso em: 20 ago. 2021.

BORGES, André *et al.* Pathways to Nationalization in Multilevel Presidential Systems: accounting for party strategies in brazil and argentina. **Publius: The Journal of Federalism**, v. 47, n. 4, p. 648-672, 2017. Disponível em: <https://academic.oup.com/publius/article-abstract/47/4/648/3076822>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BORGES, André. **Federalism, party politics, and coalition dynamics**. In: Routledge handbook of Brazilian politics. New York: Routledge, p. 175-201, 2019.

BRAMBOR, Thomas; CLARK, William Roberts; GOLDER, Matt. Understanding Interaction Models: improving empirical analyses. **Political Analysis**, v. 14, n. 1, p. 63-82, 2006. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/political-analysis/article/abs/understanding-interaction-models-improving-empirical-analyses/9BA57B3720A303C61EBEC6DDFA40744B>. Acesso em: 06 out. 2021.

BRAUN, Dietmar; GUSTON, David H. Principal-agent theory and research policy: an introduction. **Science And Public Policy**, v. 30, n. 5, p. 302-308, 2003. Disponível em: <https://academic.oup.com/spp/article-abstract/30/5/302/1697393?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 12 jun. 2021.

BRAUMOELLER, Bear F. Hypothesis Testing and Multiplicative Interaction Terms. **International Organization**, v. 58, n. 4, p. 807-820, 2004. Disponível em: <https://academic.oup.com/spp/article-abstract/30/5/302/1697393?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 22 out. 2021.

BROLLO, Fernanda; NANNICINI, Tommaso. Tying Your Enemy's Hands in Close Races: The Politics of Federal Transfers in Brazil. **The American Political Science Review**, v. 106, n. 4, p. 742-61, 2012. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23357707>. Acesso em: 10 mar. 2021.

CANÊDO-PINHEIRO, Mauricio. Bolsa família ou desempenho da economia? Determinantes da reeleição de Lula em 2006. **Economia Aplicada**, v. 19, n. 1, p. 31-61, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecoa/a/cB8wTgGp6sm3ttyyWfxxFZC/?lang=pt>. Acesso em: 3 nov. 2020.

CARNEIRO, Leandro Piquet; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Definindo a arena política local: sistemas partidários municipais na federação brasileira. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 403-432, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152582008000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 3 nov. 2020.

CAVALCANTE, Pedro. Desempenho fiscal e eleições no Brasil: uma análise comparada dos governos municipais. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 307-330, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122016000200307&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 05 fev. 2021.

CAVALCANTE, Pedro. Vale a pena ser um bom prefeito? Comportamento eleitoral e reeleição no Brasil. **Opin. Pública**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 87-104, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010462762015000100087&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 fev. 2021.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p., 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=e n&nrm=iso. Acesso em: 6 jan. 2021.

CHEIBUB, José Antônio; PRZEWORSKI, Adam. Democracia, Eleições e Responsabilidade Política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 35, p. 1-16, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/Yf5ypDQ4DjV6VGTvj6YGPnh/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 fev. 2021.

CLARK, William Roberts; GILLIGAN, Michael J.; GOLDBER, Matt. A Simple Multivariate Test for Asymmetric Hypotheses. **Political Analysis**, v. 14, n. 3, p. 311-331, 2006. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/political-analysis/article/abs/simple-multivariate-test-for-asymmetric-hypotheses/863DEDAEE29C06EF3E8537ED73AB6D09>. Acesso em: 04 nov. 2020.

CURI, Henrique. Ninho dos Tucanos: o PSDB no estado de São Paulo (1994 - 2018). **Opinião Pública**, Campinas, v. 27, n. 3, p. 960-996, 2021. Disponível em: https://www.cesop.unicamp.br/por/opiniao_publica/artigo/717. Acesso em: 11 jan. 2022.

DOWNS, Anthony. **Uma Teoria Econômica da Democracia**. São Paulo: EDUSP, 1999.

DOSEK, Tomás; FREIDENBERG, Flavia. La congruencia de los partidos y los sistemas de partidos multinivel en América Latina: conceptualización y evaluación de algunas herramientas de medición. **Politai: Revista de Ciencia Política**, v. 4, n. 7, p. 161-178, 2013. Disponível em: <https://revistas.pucp.edu.pe/index.php/politai/article/view/13903>. Acesso em: 26 fev. 2021.

DUARTE, Guilherme Jardim. CAUSALIDADE. In: SHIKIDA, Claudio D.; MONASTERIO, Leonardo; NERY, Pedro Fernando (ed.). **Guia brasileiro de análise de dados: armadilhas & soluções**. Brasília: Enap, p. 15-36, 2021. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6039/1/Guia%20BR%20de%20Ana%CC%81lise%20de%20Dados.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2021.

DUNNING, Thad; NOVAES, Lucas M. Brokering Inclusion. Intermediaries, Clientelism and Constraints on Latin America's Left Turn. In KAPISZEWSKI, D.; Levitsky, S; Yashar, D. **The Inclusionary Turn in Latin American Democracies**, p. 219-253, 2021. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/abs/inclusionary-turn-in-latin-american-democracies/brokering-inclusion/B47D52A29EED24E8F46EA8FD24138B8B>. Acesso em: 29 dez. 2021.

FEIERHERD, Germán. How Mayors Hurt Their Presidential Ticket: party brands and incumbency spillovers in Brazil. **The Journal of Politics**, v. 82, n. 1, p. 195-210, 2020. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/705742>. Acesso em: 5 mai. 2020.

FEREJOHN, J. Incumbent Performance and Electoral Control. **Public Choice**, v. 50, n. 1/3, p. 5–25, 1986. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/30024650>. Acesso em: 14 fev. 2021.

FERNANDES, Ivan Filipe de Almeida Lopes; FERNANDES, Gustavo Andrey de Almeida Lopes. A importância do crescimento econômico local na escolha do chefe do Executivo no Brasil. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 653-688, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003476122017000400653&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 nov. 2020.

FERNANDES, Ivan Filipe de Almeida Lopes. Economic voting in Brazilian presidential elections: evidence with panel data from municipalities in São Paulo. **Organizações & Sociedade**, v. 26, n. 88, p. 114-137, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/vrcGkNmdDznGzFTGCsP5KYq/abstract/?lang=en>. Acesso em: 28 jan. 2021.

FIORINA, Morris P. Economic Retrospective Voting in American National Elections: a micro-analysis. **American Journal Of Political Science**, v. 22, n. 2, p. 426-443, 1978. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2110623>. Acesso em: 10 out. 2021.

FIRJAN. IFGF 2017 – **Índice FIRJAN de Gestão Fiscal**: Recorte municipal abrangência nacional, 2017. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/data/files/4A/B0/A3/B1/C4CCD51063C6AAD5A8A809C2/IF>

GF%202017%20-%20An_lise%20Especial%20-%20Vers_o%20Completa.pdf.
Acesso em: 15 dez. 2021.

FLEISCHER, David. As eleições municipais no Brasil: uma análise comparativa (1982-2000). **Opin. Publica**, Campinas, v. 8, n. 1, p. 80-105, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010462762002000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 mar. 2021.

GAILMARD, Sean. Accountability and Principal-Agent Models. In BOVENS, Mark *et al.* **The Oxford Handbook of Public Accountability**. Cambridge: Cambridge University, 2014. p. 90-105. Disponível em: <https://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199641253.001.0001/oxfordhb-9780199641253-e-016>. Acesso em: 07 jun. 2021.

GÉLINEAU, François; REMMER, Karen L. Political Decentralization and Electoral Accountability: The Argentine Experience, 1983-2001. **British Journal Of Political Science**, v. 36, n. 1, p. 133-157, 2005. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/british-journal-of-political-science/article/abs/political-decentralization-and-electoral-accountability-the-argentine-experience-19832001/0D0BE3E8DE4EB3061A2F3DA8BE7049F7>. Acesso em: 8 jan. 2022.

GUARNIERI, Fernando. A força dos partidos "fracos". **Dados**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, p. 235-258, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152582011000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 5 mar. 2021.

GUJARATI, Damodar N.; PORTER, Dawn C. **Econometria Básica**. 5. ed. São Paulo: Amgh Editora Ltda, 2011. 918 p.

HAINMUELLER, Jens *et al.* How Much Should We Trust Estimates from Multiplicative Interaction Models? Simple Tools to Improve Empirical Practice. **Political Analysis**, v. 27, n. 2, p. 163-192, 2018. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/political-analysis/article/how-much-should-we-trust-estimates-from-multiplicative-interaction-models-simple-tools-to-improve-empirical-practice/D8CAACB473F9B1EE256F43B38E458706>. Acesso em: 13 out. 2021.

HUNTER, Wendy; POWER, Timothy J. Rewarding Lula: executive power, social policy, and the Brazilian elections of 2006. **Latin American Politics and Society**, v. 49, n. 1, p. 1-30, 2007. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/latin-american-politics-and-society/article/abs/rewarding-lula-executive-power-social-policy-and-the-brazilian-elections-of-2006/ACBD4FCF524E9D6493D4B337180B905D>. Acesso em: 2 mar. 2021.

HUNTER, Wendy. The Normalization of an Anomaly: The Workers' Party in Brazil. **World Politics**, v. 59, n. 3, p. 440-475, 2007. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/world-politics/article/abs/normalization-of-an-anomaly-the-workers-party-in-brazil/4BA41B03909E7A3B3B5972FED37ADB10>. Acesso em: 30 nov. 2021.

KELLSTEDT, Paul M.; WHITTEN, Guy D. **Fundamentos da Pesquisa em Ciência Política**. São Paulo: Blucher, 2015.

KERBAUY, Maria. As eleições municipais de 2008: federações partidárias ou partidos nacionais. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 35, pp. 15-33, 2009. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/2286>. Acesso em: 12 fev. 2021.

KEY, V. O. The voice of the people: an echo. In: KEY, V. O. **The Responsible Electorate**: rationality in presidential voting. Cambridge: Harvard University Press, . p. 1-8, 1966.

KINZO, Maria D'Alva. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 57, p. 65-81, fev. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/fSYD7b7N3D94KnZCTZYmG8y/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 dez. 2021.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 7. ed., 2012.

LIMONGI, Fernando; GUARNIERI, Fernando. A base e os partidos: As eleições presidenciais no Brasil pós-redemocratização. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 99, p. 5-24, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010133002014000200005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 3 nov. 2020.

LIMONGI, Fernando; CORTEZ, Rafael. As eleições de 2010 e o quadro partidário. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 88, p. 21-37, Dec. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010133002010000300002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 05 mar. 2021.

LUPU, Noam. Building Party Brands in Argentina and Brazil. In: LEVITSKY, Steven *et al.* **Challenges of Party-Building in Latin America**. Cambridge: Cambridge University, 2016. p. 76-99. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/abs/challenges-of-partybuilding-in-latin-america/building-party-brands-in-argentina-and-brazil/129E88A5B20B583F9DCEED59774C4536>. Acesso em: 23 ago. 2021.

MAINWARING, Scott. Políticos, partidos e sistemas eleitorais: o Brasil numa perspectiva comparativa. **Estudos Eleitorais**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 335-381, 1997. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/1119>. Acesso em: 3 fev. 2021.

MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C. Eleições e representação. **Lua Nova**, São Paulo, n. 67, p. 105-138, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010264452006000200005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 09 mar. 2021.

MARENCO, André; STROHSCHOEN, Maria Tereza Blanco; JONER, William. Capacidade estatal, burocracia e tributação nos municípios brasileiros. **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, n. 64, p. 3-21, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/j4KRBjwzRzmHGNWfS8CSh8w/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 19 jan. 2022.

MARENCO, André; CATE, Lidia Ten. Municípios são todos iguais? Decisões sobre gasto, orçamento e políticas públicas em governos locais. **Revista de Sociologia e Política**, v. 29, n. 77, p. 1-23, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/hqLBYtmtbYYVTVnBWMHXGGD/>. Acesso em: 3 nov. 2021.

MAYHEW, D. **Congress: The Electoral Connection**. New Haven, Yale University Press, 1974.

MELO, Carlos Ranulfo; CÂMARA, Rafael. Estrutura da competição pela Presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil. **Dados**, v. 55, n. 1, p. 71-117, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/HZPmcR6DnM7vJYmQJFX4cFn/?lang=pt>. Acesso em: 5 dez. 2021.

MENEGUIN, Fernando B. *et al.* O Que Leva um Governante à Reeleição? **IPEA**. Texto para discussão, p. 1-27, 2005. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4721 Acesso em: 17 set. 2021.

MILLER, Warren E. Presidential Coattails: a study in political myth and methodology. **Public Opinion Quarterly**, v. 19, n. 4, p. 353, 1955. Disponível em: <https://academic.oup.com/poq/article-abstract/19/4/353/1815849?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 21 nov. 2021.

MONDAK, Jeffery J.; MCCURLEY, Carl. Cognitive Efficiency and the Congressional Vote: the psychology of *coattail* voting. **Political Research Quarterly**, v. 47, n. 1, p. 151-175, 1994. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/106591299404700108>. Acesso em: 29 nov. 2021.

MURILLO, M. Victoria *et al.* Economic performance and incumbents' support in Latin America. **Electoral Studies**, v. 45, p. 180-190, 2017. Disponível em: <https://mariavictoriamurillo.files.wordpress.com/2018/01/economic-performance-and-incumbent-support-in-la.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2021.

NICOLAU, Jairo.; PEIXOTO, Vitor. Uma disputa em três tempos: uma análise das bases municipais nas eleições presidenciais de 2006. **Anais XXXI Encontro Anual da Anpocs**, Minas Gerais: Caxambu, 2007. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/31-encontro-anual-da-anpocs/st-7/st24-3/3029-jaironicolau-uma-disputa/file>. Acesso em: 07 fev. 2021.

NUNES, Edson de Oliveira. **A gramática política do Brasil**: clientelismo, corporativismo e insulamento burocrático. 5. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 1997. 196 p.

POWELL, G. Bingham; WHITTEN, Guy D. A Cross-National Analysis of Economic Voting: taking account of the political context. **American Journal Of Political Science**, v. 37, n. 2, p. 391-414, 1993. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2111378>. Acesso em: 12 mar. 2021.

ROCHA, Alexandre. **Transferências Federais para Estados e Municípios**: guia de referência rápida. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/ CONLEG/Senado, setembro/2019 (Texto para Discussão nº 264). Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td264-a>. Acesso em: 14 jan. 2021.

RODDEN, Jonathan; WIBBELS, Erik. Dual accountability and the nationalization of party competition: evidence from four federations. **Party Politics**, v. 17, n. 5, p. 629-653, 2010. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1354068810376182>. Acesso em: 18 dez. 2021.

ROMA, Celso. A institucionalização do PSDB. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, p. 71-92, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/DBMr6vWB7RckDb74YrPVmJh/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 dez. 2021.

ROMA, Celso. Organizaciones de partido en Brasil: el PT y el PSDB bajo perspectiva comparada. **América Latina Hoy**, v. 44, p. 153-184, 2006. Disponível em: <https://revistas.usal.es/index.php/1130-2887/article/view/2482>. Acesso em: 1 out. 2021.

SAMUELS, David J. The Gubernatorial Coattails Effect: federalism and congressional elections in brazil. **The Journal Of Politics**, v. 62, n. 1, p. 240-253, fev. 2000a. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1111/0022-3816.00012>. Acesso em: 18 fev. 2021.

SAMUELS, David J. Concurrent Elections, Discordant Results: presidentialism, federalism, and governance in brazil. **Comparative Politics**, v. 33, n. 1, p. 1-20, out. 2000b. Disponível em: <http://users.polisci.umn.edu/~dsamuels/CP2000.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2021.

SAMUELS, David; ZUCCO, Cesar. The Power of Partisanship in Brazil: evidence from survey experiments. **American Journal Of Political Science**, v. 58, n. 1, p. 212-225, 2013. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24363479>. Acesso em: 23 jan. 2022.

SANTOS, André Marengo dos. Topografia do Brasil profundo: votos, cargos e alinhamentos nos municípios brasileiros. **Opin. Publica**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 01-20, June 2013. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762013000100001&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 mar. 2021.

SCHÖNHAGE, Nanna L.; GEYS, Benny. Party cues and incumbent assessments under multilevel governance. **Electoral Studies**, v. 69, p. 1-11, 2020. Disponível em: <https://www.scinapse.io/papers/3109211334>. Acesso em: 29 jan. 2022.

SHIKIDA, Claudio D *et al.* "It is the economy, companheiro!": an empirical analysis of Lula's re-election based on municipal data. **Economics Bulletin**, v. 29, n. 2, p. 976-991, 2009. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/ebl/ecbull/eb-08c30073.html>. Acesso em: 10 dez. 2021.

SILVA, Glauco Peres da. **Desenho de Pesquisa**. Brasília: Enap, 2018. 119 p. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3330>. Acesso em: 10 mar. 2021.

SIMONI JR, Sergio. **Política distributiva e competição presidencial no Brasil: Programa Bolsa-Família e a tese do realinhamento eleitoral**. Orientador: Fernando de Magalhães Limongi. 2017. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-09112017-164955>. Acesso em: 6 nov. 2020.

SIMONI JR. Efeitos diretos e indiretos do Programa Bolsa Família nas eleições presidenciais brasileiras. **Opinião Pública**, v. 27, n. 1, p. 230-260, 2021. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/ebl/ecbull/eb-08c30073.html>. Acesso em: 24 jan. 2022.

SPECK, Bruno W.; BRAGA, M. S. S. Dimensões da interação vertical entre as disputas partidárias nacionais e subnacionais no Brasil. *In Anais do XII Encontro Brasileiro de Ciência Política - ABCP*. 2020. Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/web/system/files/documentos/eventos/2021/01/producao-brasileira-sobre-eleicoes-e-partidos-nivel.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

TAVITS, Margit. Geographically targeted spending: exploring the electoral strategies of incumbent governments. **European Political Science Review**, v. 1, n. 1, p. 103-123, 2009. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/european-political-science-review/article/abs/geographically-targeted-spending-exploring-the-electoral-strategies-of-incumbent-governments/C28AD8F40B979BA15C7DBB1DA86CB67D>. Acesso em: 25 mar. 2021.

VAN DYCK, Brandon. Why Party Organization Still Matters: The Worker's Party in Northeastern Brazil. **Latin American Politics And Society**, v. 56, n. 2, p. 1-26, 2014. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/latin-american-politics-and-society/article/abs/why-party-organization-still-matters-the-workers-party-in-northeastern-brazil/B38C05B71892844CCD8460994370D331>. Acesso em: 09 dez. 2021.

VENTURA, Tiago. Do mayors matter? Reverse coattails on congressional elections in Brazil. **Electoral Studies**, v. 69, p. 1-11, fev. 2021. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0261379420301219>>. Acesso em: 7 nov. 2020.

ZUCCO, C. The President's 'New' Constituency: Lula and the Pragmatic Vote in Brazil's 2006 Presidential Elections. **Journal of Latin American Studies**, v. 40, n. 1, p. 29-49, 2008. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-latin-american-studies/article/abs/presidents-new-constituency-lula-and-the-pragmatic-vote-in-brazils-2006-presidential-elections/77CEF303DEFB36ABB1D572832F706B0D>. Acesso em: 14 nov. 2020.

ZUCCO, C. When Payouts Pay Off: conditional cash transfers and voting behavior in Brazil 2002-10. **American Journal Of Political Science**, p. 1-13, abr. 2013. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/ajps.12026>. Acesso em: 26 set. 2021.

ZUDENKOVA, Galina. A political agency model of *coattail* voting. **Journal Of Public Economics**, v. 95, n. 11-12, p. 1652-1660, dez. 2011. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0047272711001307>. Acesso em: 11 mar. 2021.

ANEXOS

Tabela 8 – Modelos OLS completo do efeito *coattail* para o PT – 2002 a 2014

Variáveis	Variável dependente			
	% Voto PT 2002	% Voto PT 2006	% Voto PT 2010	% Voto PT 2014
Dummy Pref. PT	-2,561** (1,102)	-1,673*** (0,612)	-2,613*** (0,438)	-1,403*** (0,310)
Tx. Cresc. do PIB pc	0,000 (0,010)	0,052*** (0,013)	-0,009 (0,006)	0,001** (0,001)
PIB pc (log)	0,415 (0,326)	-3,530*** (0,553)	-0,284 (0,330)	-0,897*** (0,231)
População (log)	-0,450* (0,254)	1,057*** (0,246)	-0,757*** (0,151)	-0,421 (0,151)
% Dom. em área urbana	-0,005 (0,009)	0,000 (0,013)	-0,101*** (0,009)	-0,023*** (0,008)
Alcance PBE	-0,142*** (0,037)	-	-	-
Alcance PBF	-	0,481*** (0,026)	0,180*** (0,019)	0,247*** (0,017)
% Voto PT eleição anterior	0,699*** (0,029)	0,407*** (0,028)	0,665*** (0,015)	0,674*** (0,022)
Dummy Gov. PT eleição anterior	-14,012*** (0,945)	-0,075 (1,276)	0,036 (0,936)	0,27 (0,689)
Dummy Gov. PT ano da eleição	7,700*** (1,554)	-7,100*** (1,303)	4,267*** (0,791)	4,528*** (0,736)
Norte	3,642*** (1,332)	-2,549 (2,142)	-2,037* (1,232)	2,831** (1,231)
Sul	3,935*** (1,046)	-16,023*** (1,397)	7,416*** (1,253)	2,404** (1,205)
Sudeste	3,992*** (1,213)	-10,337*** (1,350)	2,415** (1,184)	-2,011* (1,068)
Centro-Oeste	4,137*** (1,060)	-12,214*** (1,330)	4,805*** (1,064)	-0,348 (1,352)
Intercepto	27,410*** (3,814)	47,683*** (5,565)	28,213*** (4,805)	18,228*** (3,504)
N.	5229	5561	5554	5544
R ²	0,53	0,701	0,811	0,869
R ² Ajustado	0,529	0,7	0,811	0,868
RSE	8,272 (df = 5215)	9,774 (df = 5547)	6,880 (df = 5540)	6,708 (df = 5530)

Fonte: elaboração própria.

Erro padronizado entre parênteses.

Notas: *, **, *** indicam $p < 0,1$; $p < 0,05$; $p < 0,001$.

Tabela 9 – Modelos OLS completo do efeito *coattail* para o PSDB – 2002 a 2014

Variáveis	Variável dependente			
	% Voto PSDB 2002	% Voto PSDB 2006	% Voto PSDB 2010	% Voto PSDB 2014
Dummy Pref. PSDB	1,373*** (0,490)	0,891** (0,444)	0,031 (0,279)	-0,976*** (0,291)
Tx. Cresc. do PIB pc	-0,020** (0,010)	-0,059*** (0,013)	0,004 (0,006)	-0,000 (0,001)
PIB pc (log)	0,216 (0,0428)	2,805*** (0,496)	-0,797*** (0,291)	-0,033 (0,231)
População (log)	-2,008*** (0,224)	-0,759*** (0,214)	-0,106 (0,142)	-0,511*** (0,110)
% Dom. em área urbana	-0,016	-0,026**	0,042***	-0,033***

	(0,013)	(0,011)	(0,008)	(0,007)
Alcance PBE	0,050 (0,058)	-	-	-
Alcance PBF	-	-0,455*** (0,025)	-0,066*** (0,019)	-0,279*** (0,013)
% Voto PSDB eleição anterior	0,545*** (0,020)	0,348*** (0,028)	0,709*** (0,015)	0,624*** (0,016)
Dummy Gov. PSDB eleição anterior	-1,342 (1,687)	2,648** (1,147)	-0,609 (1,015)	1,633** (0,735)
Dummy Gov. PSDB ano da eleição	6,228*** (1,687)	1,237 (1,136)	0,483 (0,920)	-0,011 (0,469)
Norte	-2,639 (2,097)	2,292 (2,245)	2,193 (1,616)	2,088** (0,993)
Sul	8,952*** (1,824)	7,769*** (1,496)	-1,533 (1,033)	5,445*** (0,877)
Sudeste	-2,256 (2,018)	1,537 (1,704)	-0,950 (1,812)	5,167*** (1,077)
Centro-Oeste	-2,145 (1,707)	7,965*** (1,731)	-0,556 (0,920)	4,832*** (0,905)
Intercepto	12,066*** (3,994)	27,288*** (4,236)	11,513*** (3,334)	25,420*** (2,649)
N.	5229	5,561	5554	5544
R ²	0,394	0,668	0,798	0,872
R ² Ajustado	0,393	0,667	0,797	0,872
RSE	10,225 (df = 5215)	9,824 (df = 5547)	6,328 (df = 5540)	6,209 (df = 5530)

Fonte: elaboração própria.

Erro padronizado entre parênteses.

Notas: *, **, *** indicam $p < 0,1$; $p < 0,05$; $p < 0,001$.

Tabela 10 – Modelos interativos completos entre prefeituras do PT e variáveis fiscais – 2002 a 2014

Variáveis	Variável dependente			
	% Voto PT 2002	% Voto PT 2006	% Voto PT 2010	% Voto PT 2014
Dummy Pref. PT	-29,723*** (11,344)	4,231 (9,224)	-9,501 (6,646)	4,302 (6,961)
M. Investimento pc (log)	-0,791* (0,475)	1,162*** (0,327)	0,561** (0,247)	-0,252 (0,221)
M. Gasto Social pc (log)	1,580* (0,951)	2,853** (1,221)	1,718** (0,800)	-1,764* (0,907)
M. Rec. Tributária pc (log)	0,248 (0,331)	-1,748*** (0,459)	0,337 (0,255)	-0,237 (0,165)
M. Custeio de Pessoal pc (log)	-4,156*** (1,380)	-0,158 (1,407)	-4,909*** (0,909)	1,295 (0,811)
Tx. Cresc. do PIB pc	-0,008 (0,09)	0,052*** (0,013)	-0,010 (0,006)	0,002*** (0,001)
PIB pc (log)	1,460*** (0,449)	-3,998*** (0,733)	0,393 (0,399)	-0,596** (0,301)
População (log)	-1,104** (0,526)	1,915*** (0,458)	-1,337*** (0,235)	-0,503*** (0,192)
% Dom. em área urbana	-0,006 (0,008)	0,010 (0,013)	-0,100*** (0,009)	-0,024*** (0,008)
Alcance PBE	-0,161*** (0,036)	-	-	-
Alcance PBF	-	0,474***	0,187***	0,246***

		(0,026)	(0,019)	(0,017)
% Voto PT eleição anterior	0,705*** (0,026)	0,406*** (0,027)	0,668*** (0,015)	0,674*** (0,022)
Dummy Gov. PT eleição anterior	-14,026*** (0,908)	-0,378 (1,304)	-0,079 (0,922)	0,166 (0,684)
Dummy Gov. PT ano da eleição	7,159*** (1,572)	-6,596*** (1,250)	4,584*** (0,768)	4,478*** (0,768)
Norte	3,348*** (1,247)	-2,622 (2,090)	-2,671** (1,247)	2,768** (1,303)
Sul	3,452*** (0,985)	-14,732*** (1,456)	6,636*** (1,224)	2,120* (1,273)
Sudeste	3,710*** (1,239)	-9,809*** (1,335)	2,007* (1,130)	-1,987* (1,083)
Centro-Oeste	3,617*** (1,104)	-11,173*** (1,348)	4,519*** (1,036)	-0,486 (1,408)
Dummy Pref PT*M. Investimento pc(log)	1,243 (1,312)	1,516 (1,038)	0,285 (0,507)	1,529*** (0,436)
Dummy Pref PT*M. Gasto Social pc (log)	6,169 (4,465)	-8,255*** (3,095)	1,680 (1,787)	-4,592*** (1,595)
Dummy Pref PT*M. Rec. Tributária pc (log)	-3,410** (1,429)	2,158*** (0,711)	0,489 (0,516)	1,063*** (0,276)
Dummy Pref PT*M. Custeio Pessoal pc (log)	-0,458 (4,736)	5,310* (2,992)	-1,263 (1,650)	2,257* (1,285)
Intercepto	42,519*** (9,222)	26,656*** (8,990)	43,596*** (5,995)	22,617*** (5,021)
N.	5183	5500	5368	5464
R ²	0,544	0,706	0,816	0,870
R ² Ajustado	0,543	0,705	0,815	0,869
RSE	8,146 (df = 5161)	9,685 (df = 5478)	6,805 (df = 5346)	6,681 (df = 5442)

Fonte: elaboração própria.

Erro padronizado entre parênteses.

Notas: *, **, *** indicam $p < 0,1$; $p < 0,05$; $p < 0,001$.

Tabela 11 – Modelos interativos completos entre prefeituras do PSDB e variáveis fiscais – 2002 a 2014

Variáveis	Variável dependente			
	% Voto PSDB 2002	% Voto PSDB 2006	% Voto PSDB 2010	% Voto PSDB 2014
Dummy Pref. PSDB	-7,0058 (5,309)	9,211 (7,103)	-3,170 (5,826)	-13,169** (5,817)
M. Investimento pc (log)	-1,534*** (0,498)	-0,779** (0,317)	-0,358* (0,201)	0,178 (0,198)
M. Gasto Social pc (log)	1,656 (1,464)	-2,73 (1,456)	-1,454* (0,794)	2,897*** (0,741)
M. Rec. Tributária pc (log)	1,159** (0,473)	1,552*** (0,466)	-1,676*** (0,248)	0,166 (0,147)
M. Custeio de Pessoal pc (log)	-2,1 (1,398)	-0,323 (1,513)	3,790*** (0,758)	-4,783*** (0,591)
Tx. Cresc. do PIB pc	-0,022** (0,010)	-0,059*** (0,013)	0,004 (0,006)	0,0001 (0,001)
PIB pc (log)	0,278 (0,599)	3,327*** (0,686)	-0,486 (0,346)	0,334 (0,300)
População (log)	-2,617***	-1,805***	0,438**	-0,824***

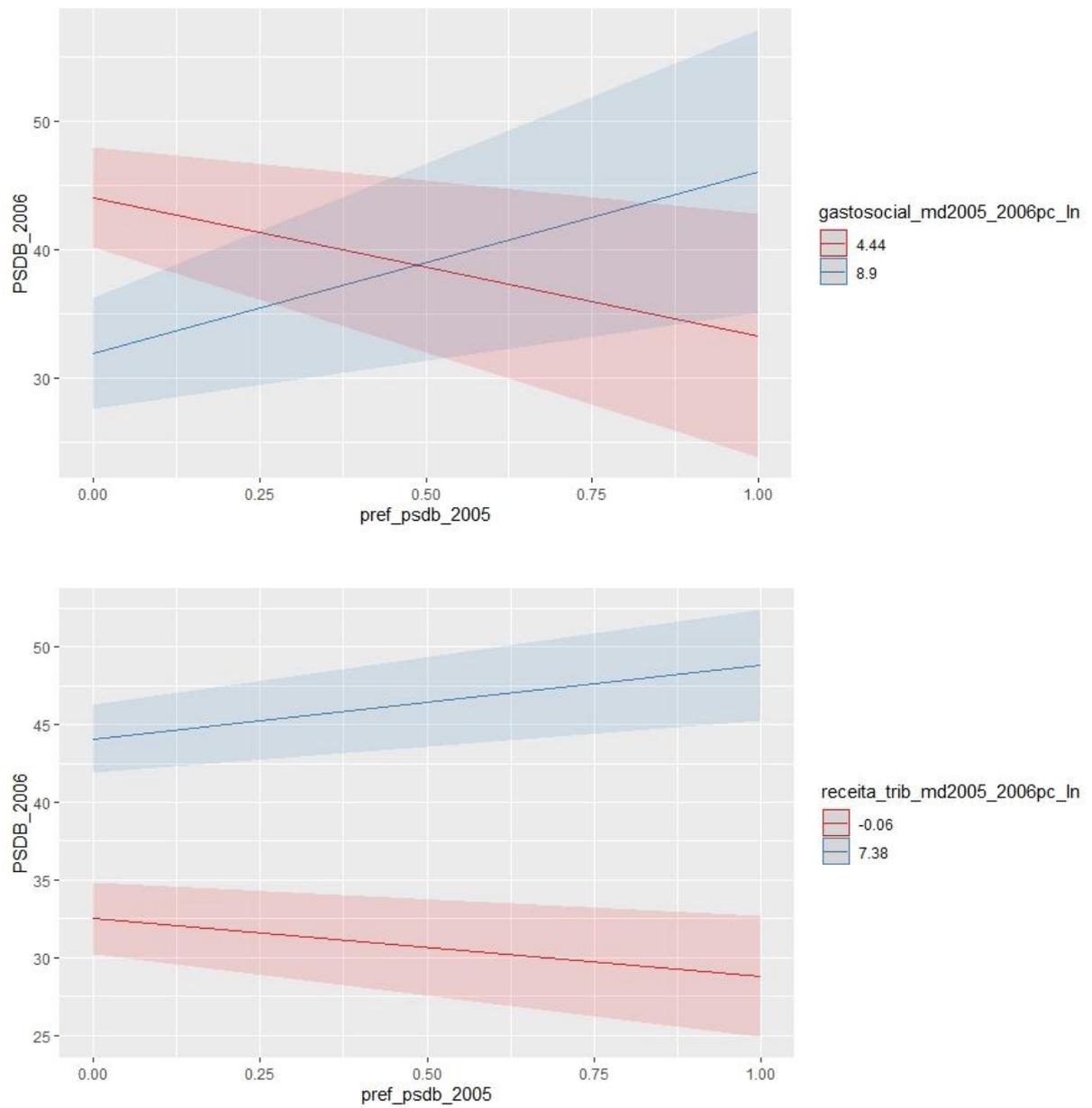
	(0,366)	(0,384)	(0,203)	(0,155)
% Dom. em área urbana	-0,026**	-0,034***	0,050***	-0,032***
	(0,012)	(0,011)	(0,008)	(0,007)
Alcance PBE	0,060	-	-	-
	(0,056)			
Alcance PBF	-	-0,443***	-0,081***	-0,276***
		(0,025)	(0,019)	(0,012)
% Voto PSDB eleição anterior	0,543***	0,339***	0,717***	0,629***
	(0,020)	(0,028)	(0,015)	(0,016)
Dummy Gov. PSDB eleição anterior	-1,303	2,560**	-0,863	1,530**
	(1,127)	(1,162)	(0,956)	(0,675)
Dummy Gov. PSDB ano da eleição	5,867***	1,257	0,549	-0,187
	(1,682)	(1,143)	(0,879)	(0,461)
Norte	-2,181	2,272	2,460	1,913*
	(2,046)	(2,207)	(1,547)	(0,982)
Sul	8,478***	6,703***	-1,123	5,402***
	(1,895)	(1,564)	(1,103)	(0,891)
Sudeste	-2,718	1,343	-0,569	5,054***
	(2,009)	(1,633)	(1,726)	(1,024)
Centro-Oeste	-2,803	7,415***	-0,251	4,844***
	(1,746)	(1,716)	(0,927)	(0,870)
Dummy Pref PSDB*M. Investimento pc(log)	0,176	0,742	0,521	0,278
	(0,719)	(0,682)	(0,472)	(0,458)
Dummy Pref PSDB*M. Gasto Social pc (log)	10,785***	5,594**	0,394	-4,187**
	(2,401)	(2,516)	(1,818)	(1,738)
Dummy Pref PSDB*M. Rec. Tributária pc (log)	-0,051	1,139**	-0,170	0,217
	(0,522)	(0,518)	(0,328)	(0,291)
Dummy Pref PSDB*M. Custeio Pessoal pc (log)	-9,942***	-8,665***	-0,214	5,769***
	(2,139)	(2,142)	(1,410)	(1,530)
Intercepto	23,427***	50,528***	-2,851	35,615***
	(7,317)	(6,882)	(5,094)	(4,316)
N.	5183	5500	5368	5464
R ²	0,403	0,673	0,803	0,874
R ² Ajustado	0,401	0,672	0,802	0,873
RSE	10,139 (df = 5161)	9,741 (df = 5748)	6,250 (df = 5346)	6,172 (df = 5542)

Fonte: elaboração própria.

Erro padronizado entre parênteses.

Notas: *, **, *** indicam $p < 0,1$; $p < 0,05$; $p < 0,001$.

Gráfico 12 – Efeito Marginal no % de votos do candidato à presidência do PSDB (2006), quando alteradas as posições da variável moderadora e de tratamento



Fonte: elaboração própria.